

25 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

POLÊMICA

# Governo admite ter usado contas judiciais

Estado afirma ter sacado indevidamente R\$ 365 mil de 19 contas com recursos não tributários. Dinheiro foi devolvido ontem ao Poder Judiciário, mas Secretaria de Fazenda não descarta hipótese de número de retiradas ser maior. Alegação é que advogados não informaram natureza dos depósitos, o que teria induzido ao erro

Pelo menos  
R\$ 365 mil foram  
sacados,  
reconhece governo

Secretaria da Fazenda identifica 19 depósitos judiciais de natureza não tributária acessados indevidamente; número pode ser maior

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

25 JAN 2014

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - O governo do Paraná reconheceu ontem que utilizou indevidamente pelo menos R\$ 365 mil de 19 contas com depósitos judiciais não tributários. Segundo a secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira, o dinheiro foi devolvido ontem mesmo ao Poder Judiciário.

A informação foi confirmada após uma reunião da chefe da pasta com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado, Juliano Breda. No dia anterior, ele já tinha anunciado uma "força-tarefa" junto à administração estadual, ao Tribunal de Justiça (TJ) e à Caixa Econômica Federal (CEF) para esclarecer a natureza dos recursos.

Conforme contrato firmado entre as partes, o Estado pode utilizar até 40% dos valores de depósitos judiciais tributários, que envolvem litígios sobre o pagamento de impostos, para quitar precatórios (títulos de dívida que as administrações emitem para ressarcir quem ganha na Justiça demandas contra o Executivo). Os 60% restantes são obrigatoriamente destinados a dois fundos de reserva, geridos exclusivamente pela CEF. Já os depósitos judiciais não tributários não podem ser utilizados em nenhuma hipótese.

A suspeita de ilegalidade surgiu no final do ano passado, depois que clientes com direito a receber tais recursos não conseguiram retirá-los na CEF. Advogados que os representam foram informados de que o Estado havia zerado a conta. A medida é ilegal e está proibida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Erramos em 0,2% do total de contas e em 0,6% do valor (R\$ 153 milhões). Está dentro da margem de erros tolerável nesse tipo de procedimento", afirmou a secretária. Em ofício entregue à OAB, ela acrescentou que a relação inicial apresentada pela instituição financeira continha nove mil contas, totalizando R\$ 650 milhões. "Após minuciosa análise, o número foi reduzido para 2.500", disse.

Ainda de acordo com Jozélia, o "equivoco" se deu principalmente por dois motivos. "Primeiro, é preciso que os advogados informem a natureza dos depósitos (se tributários ou não) no momento em que eles ocorrem, o que não vinha acontecendo. E segundo, houve várias alterações de bancos, que possuem sistemas diferentes. Com isso, o sistema não apropriou a informação e tivemos de fazer a verificação manualmente", justificou-se. Na última quinta-feira, o governador Beto Richa (PSDB) garantiu que a situação não se deu por má fé de nenhum dos envolvidos.

Como o levantamento até aqui foi preliminar, a secretária não descartou a hipótese de o número de contas ser ainda maior. "Vamos analisar individualmente todos os processos; e, se acontecer, o Estado devolverá (o recurso) imediatamente." A OAB também solicitou ao TJ que envie ofícios a todas as varas onde houve depósito, para assegurar que os valores se referiam a causas tributárias.

25 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### LUIZ GERALDO MAZZA

#### **Protagonismo indispensável**

O lado mais positivo da "fricção" intrapoderes, especialmente no caso dos depósitos judiciais, é que ela rompe o ritual habitual da sincronia nem sempre justa, ainda que conveniente, no intercâmbio de cordialidades. O governador tem razão quando diz que se faz um terremoto em cima do caso, mas é preciso lembrar que se não é nem tufão, nem ciclone, não lhe assenta bem a marca de traque baiano ou de espanta-coió das festas juninas. Ou de um pum no elevador.

O tema é grave porque regulado em lei e que no caso foi, ainda que sem má fé, como argumenta Beto Richa, burlada conforme se apurou ao longo das conversas da OAB com o presidente do TJ e a secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira. A intervenção da OAB, feita na salvaguarda dos direitos desses credores, já se sinalizara quando da sua primeira ação junto ao CNJ, cuja proibição deveria levar o Executivo aos cuidados de uma contenção cautelar para não expor-se.

Um mínimo de conflito até mesmo no convívio tripartite é saudável como se viu nos rachas sobre a competência para cassar parlamentares e na resistência, de repente, aos excessos do ativismo judicial substituindo funções legislativas como em vários casos como o do aborto de anencefálicos e do casamento gay, matérias que se levadas a plebiscito poderiam ter outra orientação.

#### **Outra evidência**

Um outro dado saudável do momento paranaense é o racha entre o Ministério Público e a Secretaria de Segurança. Todas as instâncias administrativas, já esgotadas, exigem a saída do procurador Cid Vasques pela cassação da licença para ocupar o posto. Prerrogativas relevantes de um estamento, a Procuradoria Geral de Justiça, entram em choque com as interpretações sucessivas que o TJ vem dando, desde o presidente afastado, Clayton Camargo, no amparo à pretensão do Executivo que leva a defesa do seu auxiliar ao paroxismo.

Reclama o Ministério Público que o Gaeco foi esvaziado com o rodízio mas o governo argumenta que há recusa dos agentes civis e militares. O fato é que pegou mal a instituição do rodízio depois que uma quadrilha de três delegados e agentes foi flagrada chantageando lojistas de peças e acessórios oriundas dos desmanches. Ficou visível a intenção de breicar o Gaeco até porque captaram uma conversa entre um secretário de Beto Richa, o celebrado Ezequias, e ela foi levada à mídia.

O atrito não pode ser permanente, mas é saudável.

25 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### **TJPR suspende decisão sobre Vasques**

Curitiba - O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) suspendeu na quinta-feira a decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Paraná (MPPR), tomada em 26 de dezembro do ano passado, que não renovava a licença do procurador Cid Vasques, para prosseguir a frente da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp). Em dezembro, os procuradores haviam decidido não renovar a licença de Vasques. O mandado de segurança foi impetrado pelo próprio secretário. O MPPR, via assessoria de imprensa, informou que vai recorrer da decisão.

25 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME FOLHA

### **José Borba**

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou seguimento a um pedido de habeas corpus (HC) feito pelo ex-deputado federal pelo Paraná José Borba, condenado por corrupção passiva no mensalão. Ele questionava o valor da multa imposta. Borba teve a punição de 2 anos e seis meses de prisão e pagamento de 150 dias multa, no valor de 10 salários mínimos cada, convertida em pena restritiva de direitos, somada ao pagamento de 300 salários mínimos. No HC, José Borba sustenta que a condenação inicial contrariou trecho do artigo 49 que define que o dia multa não pode superar 5 salários mínimos. Por isso, pediu a suspensão da execução da pena pecuniária até o julgamento final do HC, readequando a penalidade imposta.

### **Inadequado**

Em sua decisão no exercício da presidência, o ministro Ricardo Lewandowski negou seguimento ao pedido por inadequação da via eleita, uma vez que o STF entende que não é cabível HC contra ato do próprio tribunal. O ministro sustentou ainda que, mesmo superado esse obstáculo, o HC também não se mostra via adequada a questionar controvérsia relacionada à pena pecuniária, uma vez que o objetivo do HC é proteger a liberdade de locomoção, não podendo ser usado para a proteção de outros direitos.

25 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



## Colocou a pauta em dia

*A juíza Elisabeth Khater, presidente do Tribunal do Juri e titular da 1ª Vara Criminal de Londrina, colocou a pauta de julgamentos em dia, em tempo recorde, e por isso recebeu os cumprimentos efusivos de seus colegas magistrados e também de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. Paulistana, ela veio com 4 anos com sua família para Londrina. Formou-se em Direito pela UEL e no concurso para a magistratura foi uma das primeiras colocadas. Pelas cidades onde atuou como juíza, seu trabalho foi reconhecido, pelos títulos de Cidadã Honorária que recebeu. No total, são dez belos diplomas: um do Estado do Paraná, concedido pela Assembleia Legislativa e pelo governo paranaense, e entre os demais, os de Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, São Pedro do Paraná, Porto Rico e de Londrina.*

25 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

# 'STF é um dos maiores atores políticos do País'

## Em Paris, Joaquim Barbosa nega existência de "Judiciário Espetáculo" ao falar da influência da publicidade nas deliberações da Corte

**Paris** - No colóquio do qual foi um dos convidados de honra do Conselho Constitucional da França, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou que a Corte "se transformou em um dos principais atores do sistema político brasileiro". A declaração foi feita em uma palestra na qual o magistrado destacou pronunciamentos sobre questões como a perda de mandatos parlamentares e dos poderes do Ministério Público, decisões do Judiciário transmitidas pela TV.

O tema da palestra de Barbosa era "A influência da publicidade das deliberações sobre a racionalidade das decisões da Corte Suprema". O presidente do STF, então, fez um balanço da rotina da casa após a implantação da TV Justiça, que transmite ao vivo as sessões mais relevantes - na França, a cultura do judiciário é a oposta. Barbosa ressaltou a transparência e a democracia do STF e afirmou: "É logo sobre esse cenário que se desenrolam os últimos atos políticos, econômicos ou sociais".

Para exemplificar, citou quatro casos polêmicos sobre os quais o Supremo se pronunciou: a perda de mandato dos parlamentares, a redistribuição dos

royalties do petróleo, o poder de investigação do MP e a demarcação de terras indígenas.

"Mais do que uma simples jurisdição constitucional, a Corte se transformou por consequência em um dos principais atores do sistema político brasileiro e sua forte mediação tem mais a ver com a importância desse papel político, econômico e social", avaliou. "É logo inexato, na minha visão, ver no caráter público das deliberações a causa de uma espécie de 'Judiciário Espetáculo' que teria por natureza comprometer o funcionamento das audiências da Corte, assim como o conteúdo de suas decisões."

Para Barbosa, as transmissões pela TV são parte do "imperativo democrático" do STF. "O reforço da transparência no processo de decisão permite ao cidadão efetuar um controle mais eficaz sobre sua atividade", argumentou.

Barbosa então reconheceu que desentendimentos entre ministros vêm a público, mas minimizou os choques. "Às vezes há discussões bem duras, ácidas, mas eu quero assegurá-los que esse tipo de caso se produz raramente e o desenrolar da Corte acontece em

verdadeiro consenso, que resulta em decisões formuladas de forma relativamente curtas e coerentes", argumentou.

O presidente do STF disse, entretanto, que a instituição se tornou "vítima do próprio sucesso" e aproveitou ainda para criticar o trabalho da imprensa. "Eu diria que a imprensa ainda não reporta a essência das decisões. Ela fica no anedótico, nas alfinetadas, em algumas frases", disse ele.

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

26 JAN 2014

### Ainda as presunções

Pelo jeito uma das armas eleitorais da oposição foi construída pela inépcia do governo: o de despreocupar-se com as aparências como se aquela lenda da respeitabilidade da mulher de Cesar (que deveria não apenas agir corretamente como a de aparentar fazê-lo) estivesse arquivada. Quanto mais se acentuam os níveis de convivência intrapoderes, numa simetria da mais firme cordialidade, adensam-se as sombras de patologia nesse relacionamento e não apenas com o caso das presunções surgidas em função da atuação do ex-presidente do TJ Clayton Camargo, em todo o aparato do Caixa Único, do acesso aos depósitos judiciais e no meio de tudo isso a eleição do filho, ex-deputado Fabio, no Tribunal de Contas, a despeito de todos os vícios de processo e arguidos no tempo devido. Quem avalia se isso é presunção ou fato, com nexos causal bem definido, é tanto o Conselho Nacional de Justiça como o Superior Tribunal de Justiça. É, como se diz na gíria, "dar bandeira demais".

Em tudo o que é suspeito, ou até nos desdobramentos dos fatos, a situação dessa sincronia dos Três Poderes, ainda que o Legislativo reaja para afirmar que simplesmente praticou atos de sua autonomia e prerrogativa, é, para dizer o mínimo, desconfortável. E quanto mais seus integrantes apelam para esse tipo de retórica ficam ainda mais a descoberto, ao menos na visão do público mais crítico.

### As fricções

Se toda essa montagem de fatos que se interligam fosse artificial, pelo excesso de presunção e a inexistência de material probatório, o elo dos erros na interpretação adequada da forma correta de acessar os depósitos judiciais fecharia o teorema, tantas as celeumas que está provocando e que parece terem levado o próprio Judiciário à incidência do erro por excesso de boa fé. Beto Richa, no entanto, atribuiu as falhas ao Tribunal de Justiça e à Caixa Econômica Federal, ainda que admitindo a hipótese de o governo ter lançado mão de depósitos indevidos e que, constatado o fato, os devolveria.

O aspecto mais positivo dessa tensão toda é o fato de ter havido uma ruptura, discreta, mas visível, na simetria sempre dominante entre os Três Poderes, no caso centrada numa fricção entre Executivo e Judiciário quanto ao encadeamento dos fatos surpreendentes, mas que reclamam, por sua seriedade, em maior aprofundamento de análise de tudo o que estiver fora da lei.

E é quando aqueles rituais de cordialidade desaparecem que há oportunidade para destacar o lado mais criativo e de benefício à democracia em eventuais distanciamentos entre Executivo e os demais poderes. Ocorre que na sistemática brasileira há nessa questão uma hierarquia vertical a beneficiar o Executivo por ser o dono da chave do tesouro e até mesmo quando se adota a medida extrema do Caixa Único, novamente em favor do mais forte.

Uma surpreendente correção de rumo na votação da Constituinte em 1988 acabou favorecendo o princípio do presidencialismo que estava, no início dos debates e por força dos "cardeais" do tucanato, dentre eles José Richa, Serra e Covas, que davam um tom parlamentarista ao texto e acabaram sucumbindo ao pragmatismo dominante. Como diria Odorico Paraguaçu a Carta era parlamentar nos "considerando" e virou presidencialista nos "finalmente".

### Fermento liberal

Nos episódios mais recentes ficou destacado o papel da Ordem dos Advogados ao fazer a advertência, desde o início, de que não admitiria abusos no acesso aos depósitos judiciais pelos quais deve um zelo institucional. E foi um pedido cautelar junto ao CNJ, devidamente acolhido, que deveria ter devolvido o bom senso ao governo na forma atabalhoada como pretendia solucionar seus problemas de caixa visíveis na dificuldade de obter fundos para pagar as três folhas do funcionalismo de novembro-dezembro e 13º num montante superior a R\$ 3,6 bi.

Ao intervir em nome dos titulares dessa massa de depósitos judiciais a OAB-PR cumpriu papel de primeira linha na defesa desses créditos e, por extensão, do próprio Estado Democrático de Direito.



26 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA  
**De fibra e de  
coração**

Advogada e docente da UEL,  
Claudete Canezin não  
economiza dedicação para lutar  
no combate à violência contra  
a mulher e à criança



*Claudete sente-se realizada por contribuir para a mudança na vida de muitas famílias, mas ainda quer mais: "Todo mundo tem de ter acesso à Justiça"*

**CONTINUA**

26 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Micaela Orikasa

Reportagem Local

**D**esde pequena, Claudete Carvalho Canezin aprendeu uma lição. "Meu pai sempre dizia que a maior herança que um pai pode deixar para um filho é o estudo porque o dinheiro e a riqueza podem se perder, mas os estudos jamais alguém tira", diz, lembrando da infância ao lado de cinco irmãos na fazenda da família em Lunardelli (Vale do Ivaí).

É dessa educação e claro, paixão, que Claudete atribui seu trabalho na coordenação da área temática da Universidade Estadual de Londrina (UEL) de Direitos Humanos e de Justiça e, também do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (Neddij) e do Núcleo Maria da Penha (Numape), em Londrina. Ambos atendem a comunidade gratuitamente com serviços jurídicos e psicológicos.

À profissão do pai, cartorário-falecido, ela concede o interesse pelo Direito. "Minha casa sempre foi frequentada por profissionais do meio jurídico e desde criança, minha família conta que eu entrava nas brigas ou discussões que não eram minhas. Acho que é pelo senso de justiça, de não aceitar o que não é direito, correto", lembra.

Casada, Claudete mudou-se para Londrina em 1981, quando foi aprovada no curso de Direito na UEL. Graduada e com duas filhas, passou a dar aulas de Direito da Família e Sucessões, cargo que ocupa até hoje. Atualmente, faz doutorado na Uni-

versidade de Buenos Aires (UBA), reforçando o currículo preenchido com duas especializações, em Direito Empresarial e de Família, além de um mestrado.

Claudete conta que com a rotina na universidade, ficou frente à realidade das famílias mais carentes. "Quando passei a ser diretora do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos da UEL percebi que nos períodos de férias e triagem, o atendimento à população era interrompido", diz.

Ao presenciar mães e crianças necessitando de ajuda nas áreas jurídica e psicológica e o serviço inoperante, decidiu criar um núcleo com recursos do Estado para que alunos bolsistas pudessem trabalhar de segunda à sexta, de janeiro a janeiro.

"Quando o governo percebeu a importância do projeto, foi aberto edital dentro do Programa Universidade Sem Fronteiras com bolsas para acadêmicos e recém-formados em todas as instituições públicas. Foi aí que implantamos o Neddij em Londrina, em 2006", diz.

O serviço que atende crianças em estado de vulnerabilidade, de violência física, psíquica e abuso sexual, já realizou até então, 23.887 atividades, entre atendimentos jurídicos (6.586), psicológicos (382), além de ações ajuizadas, orientações, petições diversas, entre outros.

O dia a dia com as mães das crianças vitimizadas, despertou Claudete para outra necessidade. "Comecei a ficar aflita porque as mães que traziam os filhos, muitas vezes também eram vítimas, mas não podíamos fazer nada porque o núcleo tem o ob-

jetivo de atender as crianças. Diante disso, fiz o mesmo trajeto. Comecei a lutar em 2010 e 2011 junto à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) para a criação do Numape", revela.

Em Julho do ano passado, o órgão de resgate da dignidade da mulher na violência doméstica foi implantado e até dezembro, já foram realizados 543 atendimentos, entre orientação, audiências, divórcio, partilha de bens, guarda etc.

"O Numape é um trabalho em rede com a prefeitura. Vejo que esse serviço e o Neddij, já se tornaram referência para a população, que hoje sabe onde procurar ajuda. Além disso, aqui, as pessoas sabem que não vão pagar nenhum centavo porque ambos são órgãos da universidade", afirma.

Ao avaliar os resultados e presenciar a mudança na vida de muitas famílias, Claudete define como a realização de um sonho, que aliás, não para por aí. "Ainda quero ter um lugar maior e mais estruturado para que possamos melhorar o atendimento. Todo mundo tem de ter acesso à Justiça", ressalta.

Aos 53 anos, ela não pensa em aposentadoria, muito pelo contrário, Claudete encara isso como algo remoto. E se para alguns, esse excesso de trabalho é sinônimo de estresse, para ela, tem outro significado. "É uma coisa apaixonante. É algo que me dedico e me esforço. É o amor ao outro que me faz sentir cada vez mais realizada. As histórias de superação graças ao nosso trabalho é muito gratificante", define, se revelando uma mulher de dupla personalidade: de fibra e de coração.

26 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA  
ATRÁS DAS GRADES

# 'Sistema prisional está em colapso'

Para socióloga, situação é reflexo da política  
nacional de encarceramento em massa



Sociedade não está  
mais segura hoje  
com o aumento da  
população prisional

Redução da maioria  
penal contribuiria  
ainda mais para  
superlotar os presídios

CONTINUA

Vítor Ogawa

Reportagem Local

Um vídeo gravado e divulgado em dezembro, que mostra presos celebrando as mortes de rivais dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), jogou mais luz sobre a situação de precariedade do sistema prisional brasileiro. A gravação mostrava detentos ligados a uma facção criminosa com corpos de outros presos decapitados.

Mortes de internos nos presídios brasileiros não são novidade. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 60 presos foram mortos em 2013 em Pedrinhas. Este ano, três detentos foram assassinados no local.

Divulgadas na internet, as imagens percorreram o mundo e despertaram a atenção da população e dos governantes para os problemas carcerários não só do Maranhão, mas de todo o País.

As decapitações foram apenas mais um capítulo da crise do sistema penitenciário brasileiro. Problemas não faltam: celas superlotadas, estruturas precárias, presença de organizações criminosas dentro dos presídios, corrupção para obtenção de benefícios, falta de profissionais de saúde e de defensores públicos. O panorama, assim como os números, preocupa. Atualmente o País tem 549 mil presos em 309 mil vagas. No Paraná, o déficit é de 4.330 vagas, contabilizando presídios e distritos policiais. A capacidade do sistema no Estado é para 24.209 presos, mas hoje temos 28.539 pessoas privadas de liberdade.

Para a diretora executiva da organização não governamental Justiça Global, Sandra Carvalho, somente uma "mudança de paradigma" pode ame-

nizar a crise do sistema carcerário. A saída, aponta, é priorizar penas alternativas. Ela cobra ainda a aprovação de um projeto de lei que cria as audiências de custódia, para obrigar as autoridades policiais a levarem o detento perante uma autoridade judiciária em, no máximo, 72 horas.

Formada em Direito e Sociologia, Sandra Carvalho é uma das fundadoras da Justiça Global. Em 2009, recebeu o Prêmio Anual de Direitos Humanos da organização internacional Human Rights First (HRF) pelo trabalho na promoção e proteção dos direitos humanos no País.

### **Como a senhora avalia a situação do sistema prisional brasileiro?**

Está em colapso. A situação é extremamente grave, com um histórico de violação aos direitos humanos, seja pela prática sistemática de tortura, pela falta de assistência médica ou pela própria superlotação, que é extremamente gritante em todas as penitenciárias do Brasil. É reflexo de uma política de encarceramento em massa.

### **Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determina que o espaço por preso seja de seis metros quadrados. Como está a situação dos espaços mínimos por detentos nos presídios brasileiros?**

A falta de vagas é uma situação crônica, mas a política penitenciária é pensada só na vertente da privação da liberdade. Isso gera uma política de encarceramento massiva de uma população jovem, pobre e majoritariamente negra.

Quando se olha para o sistema prisional, a primeira coisa que vem à tona é que ele tem abrigado pessoas negras e pobres. Isso só confirma

que existe uma justiça para ricos e outra para pobres. A seletividade é um componente importante para avaliar o sistema prisional.

### **Como reduzir ou eliminar essa injustiça?**

Se a gente focar na questão da assistência jurídica, o Brasil todo precisaria investir em Defensorias Públicas. Existem pessoas que estão presas além da conta e a progressão de pena também fica prejudicada. Muitos dos problemas que contribuem para a superlotação poderiam ser minimizados. Em vez de investir cada vez mais na construção de presídios, os governos deveriam investir no fortalecimento das defensorias públicas e o Judiciário deveria aplicar mais penas alternativas. Existem várias medidas que poderiam ser utilizadas e que minimizariam esse quadro caótico.

### **Por que as penas alternativas e o regime semiaberto não são aplicados como deveriam?**

São poucos os Estados que adotam de forma organizada a aplicação de penas alternativas. Há uma opção do Judiciário pelo encarceramento. É um entendimento de nosso sistema de justiça criminal e da sociedade. A gente vive em uma sociedade muito punitiva.

O que se faz no País é abrir vagas em presídios. A cada crime de repercussão que acontece, o que se vê por parte dos legisladores é o endurecimento.

## CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

26 JAN 2014

***A reincidência no Brasil é de 70%, enquanto na Europa é de 16%. A proposta da privação de liberdade é exatamente reinserir a pessoa na sociedade. Por que é tão difícil isso acontecer?***

Temos um sistema prisional tão falido que as taxas de reincidência são elevadas. O encarceramento em massa inviabiliza qualquer outro trabalho para ressocializar o preso. Não se consegue oferecer educação, cursos de profissionalização. O que se faz é jogar pessoas dentro de celas.

Já entramos em delegacias com medida cautelar em um centro de detenção provisória e o que a gente encontrou lá foi semelhante a um campo de concentração. As pessoas eram jogadas dentro de contêineres sem qualquer condição de vida.

***Ao mesmo tempo que a senhora defende penas que não preveem o encarceramento, a população tem a percepção de impunidade quando essas pessoas cumprem pena fora da prisão.***

É preciso demonstrar que esse encarceramento massivo não tem sido eficaz no enfrentamento à criminalidade. O endurecimento penal não tem impacto na redução da criminalidade. A sociedade não está mais segura hoje com o aumento da população prisional.

Nos últimos anos tem acontecido um crescimento brutal. Em muitos Estados, como no Maranhão, onde aconteceram essas cenas chocantes de Pedrinhas, muitos presos ainda cumprem penas em delegacias de polícia. É uma situação ainda mais violadora de direitos.

***Qual é a sua posição sobre métodos como as tornozeleiras eletrônicas?***

Tenho uma posição questionadora em relação a como elas têm sido utilizadas e implantadas no Brasil. A quem elas são destinadas? Elas têm criado desigualdades no sistema prisional, privilegiando certos presos. Também há um monopólio no fornecimento que favorece uma empresa. Temos outros caminhos que não sejam a utilização da tornozeleira. A criação de vagas no sistema semiaberto, medidas cautelares (alternativas ao encarceramento) e outras modalidades de responsabilização.

***O Brasil tem mais de 500 mil mandatos de prisão não cumpridos e menos de 400 mil vagas. Como lidar com isso?***

Existem muitas coisas a melhorar. Por exemplo, no Brasil ainda não existem as audiências de custódia. Existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que prevê a criação de audiências de custódia, para que um detento seja apresentado a uma autoridade judicial em um prazo de, no máximo, 72 horas. Isso seria um instrumento importante para a verificação da existência de tortura no momento da prisão e possibilitaria o acompanhamento por um defensor público, o que significaria a liberdade provisória em muitos dos casos. Basta o Congresso aprovar e sancionar a lei, que teria um impacto em curtíssimo prazo. Mas para isso é necessário estruturar as defensorias públicas.

O que a gente precisa mudar é concepção do discurso de encarceramento, caso contrário não vamos mudar nada. Outro debate equivocadamente daqueles que lutam pela redução da maioria penal, que vai contribuir ainda mais para superlotar os presídios.

26 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

## Honorários

O Juízo da Vara da Fazenda Pública de Paranaguá (Litoral) determinou a suspensão do repasse de honorários a advogados e procuradores do município. Os valores eram pagos aos profissionais pela atuação em ações judiciais nas quais o Município de Paranaguá vencia a demanda. A decisão, de caráter liminar, foi proferida a partir de ação civil pública ajuizada pela 4ª Promotoria de Justiça de Paranaguá. Investigação do Ministério Público apontou que advogados e procuradores se valiam da lei municipal 2.824/97 para receber o benefício. Mas o promotor de Justiça Leonardo Dumke Busatto argumenta que lei federal veda a concessão de honorários advocatícios aos integrantes da administração pública. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça fixou multa diária de R\$ 10 mil.

## Divertindo-se

Em viagem a Paris, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, descartou a possibilidade de deixar a Corte para disputar a Presidência da República ou uma cadeira no Senado em 2014. Em conversas reservadas, autoridades da França, como a ministra Christiane Taubira (Justiça), inquiriram Barbosa sobre a possibilidade da disputa presidencial deste ano. O ministro negou a pretensão eleitoral em 2014. "Taubira e outros falaram nisso. Não tenho pesquisa nenhuma. Eu não sou candidato, não estou preocupado com isso. Aliás, estou me divertindo com isso", disse Barbosa, após proferir uma conferência no Conselho Constitucional da França, na sexta-feira.

## Carrinho de compras

O Supremo Tribunal Federal (STF) comprará dez bituqueiras para o depósito das pontas de cigarro. Os acessórios deverão ser de aço inox ou alumínio polido, ao custo de R\$ 2,9 mil. O órgão ainda deve adquirir kits de higiene. O STF comprará mil unidades de fio dental com cera da marca Higix que custarão R\$ 1,1 mil. O carrinho da Corte também ficou lotado com mil necessaires de plástico em formato retangular, com zíper metálico. As bolsinhas sairão por R\$ 3,6 mil. As informações são da entidade Contas Abertas.

## CLAUDÍO HUMBERTO

*"É uma prova eloquente de deficit civilizatório"*

Ministro Joaquim Barbosa (STF) sobre o "rolezinho em Paris" citado por advogado

26 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Rodízio de policiais no Gaeco

Claudio Esteves

As tentativas de alterar o processo de escolha e o prazo de permanência dos policiais no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que têm sido objeto de controvérsia entre o Ministério Público (MP) e a Secretaria de Segurança Pública (como veiculado neste jornal), constituem clara interferência nas atividades de tal órgão. Além disso, são absolutamente desprovidas de argumento técnico plausível, já que se pretende alterar unilateralmente um procedimento que vem sendo adotado há dez anos, com inviduoso êxito, sem que se indique qualquer ocorrência negativa no período e que pudesse amparar uma pretensão tão radical.

A atividade do Gaeco é *sui generis*, diferente dos serviços comuns de quaisquer dos seus integrantes (promotores e policiais). Tanto para o aprendizado do trabalho em si, que demanda a absorção de conhecimentos inteiramente novos, quanto para a integração ao grupo, é necessário pelo menos um ano. A saída do policial após o fim do segundo ano, como está impondo a Secretaria de Segurança Pública, é absolutamente contraproducente, já que rompe com a necessária correlação entre o tempo de aprendizado e o tempo de efetiva produção (cerca de um ano para absorver o conhecimento e apenas cerca um ano para aplicá-lo). Em outros termos, por se tratar de uma atividade nova – combate a crimes praticados por organizações criminosas e por agentes públicos – o policial leva um bom tempo para assimilar as técnicas de investigação desenvolvidas há cerca de uma década pelo Grupo; no mesmo sentido, a integração com profissionais de outras instituições (MP e a outra força policial) demanda adaptações, as quais ocorrem tão-somente com a convivência dilatada no tempo. Assim, não compensa para o serviço público e não é eficiente treinar, capacitar e adaptar um policial por cerca de metade do tempo que permanece no Grupo, para perdê-lo logo adiante. Dessa forma, embora não se defenda a ideia de um grupo “fixo”, não há dúvida de que o tempo limitado de dois anos ofende à eficiência e sepulta a probabilidade de obtenção de resultados. Como exemplo, basta

verificar o Grupo de Londrina, que foi permeado pelo rodízio natural ao longo do tempo, mas possui policiais que nele trabalham há quase dez anos, sendo esta integração o fator decisivo para o êxito de suas atividades.

Há segmentos da criminalidade – sobretudo infrações penais protagonizadas por organizações criminosas, por agentes públicos ou por detentores de poder político ou econômico – cuja persecução tem um grau de dificuldade muito mais elevado. Difícilmente uma instituição, agindo isoladamente, consegue ter êxito. A Polícia, por exemplo, tem por rotina o enfrentamento da criminalidade convencional, estando, em regra, acima de sua capacidade estrutural a efetividade de investigações nessa área. O MP também possui limitações, em especial não tem condições de executar atividades típicas de polícia que lhe permitam angariar provas a respeito dessas infrações. Assim, a concepção do

Gaeco como grupo multi-institucional, tal qual uma força-tarefa permanente, nos moldes das mais modernas “task forces” dos países desenvolvidos, amalgamando num único órgão as polícias Civil e Militar e o MP, cria condições favoráveis para levar à frente investigações na área referida. E, como é sabido, as infrações penais protagonizadas por organizações criminosas, por agentes públicos ou por detentores de poder político ou econômico são as que maiores danos provocam à sociedade, razão pela qual desarticular ou enfraquecer

o Gaeco estabelece um duro golpe contra a própria sociedade, notoriamente interessada na ampliação da repressão desses delitos.

Assim, é essencial que Grupos como os Gaecos sejam mantidos, aprimorados e difundidos, de modo a atender aos legítimos anseios da sociedade, claramente demonstrados pelas manifestações populares contra a PEC-37. Os resultados obtidos ao longo do tempo demonstram que o Gaeco é imprescindível para o controle da criminalidade não convencional no Paraná, daí a sua importância para a sociedade.

**CLÁUDIO ESTEVES** é promotor de Justiça e coordenador regional do Gaeco em Londrina

**Desarticular ou enfraquecer o Gaeco estabelece um duro golpe contra a própria sociedade**

27 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# Mais de 200 cartórios

# 'vagos' apelam à Justiça

**Quase metade das  
serventias inseridas em  
concurso em andamento ainda  
tentam reverter vacância**

**Mariana Franco Ramos**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - Os candidatos que forem aprovados em 44,33% das 503 vagas em disputa no concurso público dos cartórios extrajudiciais do Paraná poderão não assumir seus postos. Conforme o edital disponibilizado pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, 223 serventias, sendo 177 de provimento inicial, para novos titulares, e 73 de remoção, possuem pendências judiciais ou administrativas anotadas. As inscrições para o processo seletivo, reaberto neste ano após uma série de polêmicas, começaram no último dia 20 e seguem até 18 de fevereiro. Já as provas acontecem no dia 30 de março.

A situação de incerteza se dá porque, em 2010, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma lista de vacância dos 7.828 serviços notariais e de registro ocupados no País que estariam em desacordo com a Constituição Federal (CF) de 1988. A irregularidade atingiria 350 das cerca de 1,1 mil serventias paranaenses.

**"Ingresso na  
atividade  
depende de  
concurso"**

Na decisão, o então corregedor, ministro Gilson Dipp, citou o parágrafo 3º do artigo 236 da CF: "O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses". Antes de 1988, os cartórios eram transmitidos de pai para filho.

O caso gerou insatisfação por parte da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg), para quem a regra seria válida apenas a partir de 1994, quando foi promulgada a chamada Lei dos Cartórios, regulamentando o artigo da CF. Era comum, até então, que herdeiros prestassem concurso em cidades pequenas e que posteriormente se valessem de permutas.

A decisão do CNJ levou esses tabeliães e registradores a entrar com ações judiciais, muitas das quais ainda em tramitação, pedindo a impugnação da resolução que reconheceu as vacâncias. De acordo com o vice-presidente da Anoreg no Paraná, Angelo Volpi Neto, que é também

presidente do Colégio Notarial do Estado, a questão da legalidade da posse será resolvida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto, não há um prazo para que isso ocorra. "O CNJ determinou que esses cartórios, mesmo antes da decisão final, entrem em concurso. Mas quem passar sabe que terá de esperar", afirmou. Segundo o CNJ, os delegados devem seguir prestando seus serviços normalmente, até a realização do processo seletivo.

Conforme o edital, das 33 serventias localizadas na Região Metropolitana de Londrina (RML), 20 encontram-se sub judice. Entre elas estão o 14º, o 1º, o 3º, o 4º e o 5º Tabelionato de Notas, o 1º Registro de Imóveis, o 1º Registro Civil e 6º Tabelionato de Notas e o 2º Registro de Títulos e Documento de Pessoas Jurídicas. Há ainda cartórios com pendências em Arapongas, Porecatu, Centenário do Sul, Uraí, Cambé, Jaguapitã, Ibiporã, Assaí, Rolândia, Ibiporã e Bela Vista do Paraíso.

**CONTINUA**



# 27 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### SAIBA MAIS

#### CONTINUAÇÃO

Em entrevista por e-mail à FOLHA, o corregedor-geral do TJ, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, confirmou que o provimento das vagas está condicionado ao trânsito em julgado das ações. "Os serviços são ofertados em concurso e podem ser escolhidos pelos candidatos aprovados. Todavia, a outorga da delegação dependerá do resultado definitivo da ação judicial", disse.

Já o CNJ informou que não poderia se posicionar sobre o imbróglio, pois o atual corregedor, Francisco Falcão, está de férias até fevereiro.

#### Acompanhe o caso dos cartórios no País

1988

Constituição Federal (CF) estabelece que ingresso na atividade notarial e de registro só é possível mediante realização de concurso público;

1994

Lei federal 8935 regulamenta o artigo 236 da CF, estabelecendo critérios para o preenchimento das vagas nos cartórios extrajudiciais;

22 de janeiro de 2010

CNJ publica relação provisória de 7.828 cartórios extrajudiciais cuja titularidade foi declarada vaga e que, por isso, poderiam ser submetidos a concurso público;

08 de dezembro de 2012

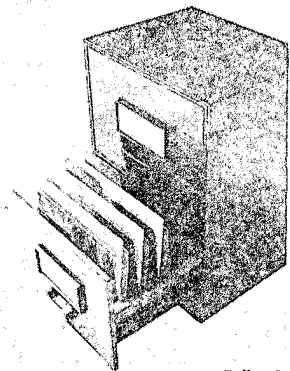
No dia em que as provas seriam realizadas, liminar do CNJ suspende o processo seletivo;

22 de outubro de 2013

CNJ determina que TJ retome, com diversas mudanças, o concurso público;

14 de janeiro de 2014

TJ publica, no Diário da Justiça Eletrônico, o novo edital, em substituição ao anterior, reabrindo as inscrições no período de 20 de janeiro a 18 de fevereiro, com provas objetivas marcadas para 30 de março.



Fonte: Redação.

Folha A

### CONTINUA

27 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### *Serventias pouco lucrativas não atraem candidatos*

**Curitiba** - Além da incerteza quanto às 223 serventias com pendências judiciais ou administrativas, o vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) no Paraná, Angelo Volpi Neto, apontou outro problema em relação à realização do concurso público dos cartórios extrajudiciais do Estado. Segundo ele, mesmo que o número de concorrentes seja grande, menos de 70% das vagas em disputa deverão ser preenchidas. O processo seletivo é alvo de polêmicas desde 2012, quando foi suspenso pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"No último (concurso), das 140, só 40 foram (ocupadas). Como as provas são muito concorridas, as pessoas que prestam são altamente capacitadas e não se sujeitam a pegar um cartório pequeno, pouco lucrativo, numa cidade do interior, por exemplo", afirmou. Pelas regras atuais, os candidatos que obtêm nota mais alta têm prioridade de escolha.

De acordo com Volpi Neto, o critério para a seleção dos tabeliães e registradores deveria ser diferente, o que só seria possível mediante mudança na legislação. "A pessoa poderia, ao prestar o

concurso, já escolher para qual cartório quer ir. Assim, quem mora na cidade teria mais chance de pegar", opinou.

A seleção foi determinada em 2010 pelo CNJ, que a suspendeu dois anos depois. Na época, alguns concorrentes apontaram supostas irregularidades no processo, sobretudo na composição da banca examinadora, cujos integrantes teriam relações com candidatos ou donos de cartórios. O procedimento só foi liberado em outubro do ano passado, após o cumprimento de uma série de exigências. O conselho determinou, por exemplo, que a nova banca fosse composta por nomes sem "impedimento e suspeição" e que a disciplina de conhecimentos gerais passasse a fazer parte do conteúdo programático.

Conforme o corregedor-geral do TJ, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, o órgão cumpriu com todas as solicitações, em um "trabalho exaustivo", que culminou com a designação de membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público (MP), além de magistrados, desembargadores e representantes de notários e registradores, para integrar a comissão. (M.F.R.)

27 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Por trás dos muros das prisões

6 *Nossas penitenciárias e carceragens não podem continuar sendo um depósito de presos*

**A**s trágicas mortes registradas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão, despertaram mais uma vez a atenção da sociedade brasileira para o caos instalado no sistema prisional do País. As notícias de rebeliões, mortes, violência sexual contra visitantes e denúncias de abuso de autoridade ocorridas na unidade maranhense também correram o mundo. Os números são expressivos: somente em 2013, houve 60 mortes de detentos em Pedrinhas. Este ano, já são três as vítimas.

A crise no sistema prisional do Maranhão expôs mais uma vez criminosos comandando ataques a ônibus e a inocentes – cinco pessoas foram queimadas e uma criança de seis anos morreu ao não resistir aos graves ferimentos.

Na semana passada, a secretária de Estado da Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, foi convidada pela governadora maranhense Roseana Sarney (PMDB), a apresentar as experiências do sistema penitenciário paranaense. No entanto, o sistema prisional do Estado não é um exceção à regra. Dados da Secretaria de Estado da Justiça,

Cidadania e Direitos Humanos (Seju) mostram que nem aqui os detentos têm assegurado a integridade física e moral. A estatística da Seju aponta que 41 presos tiveram mortes violentas em 2012 e 2013

em 31 presídios do Estado, o que significa que, em média, ao menos uma morte violenta foi registrada em cada unidade. Esses números não incluem dados de presídios federais ou carceragens em delegacias da Polícia Civil, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Isso comprova que tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Execução Penal não vêm sendo respeitadas no que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos e à integridade física e moral dos presos brasileiros. Se é dever da Justiça punir aquele que comete crimes, também é obrigação do Estado assegurar que o condenado seja tratado com dignidade, que receba orientação adequada para se reinserir à sociedade ou mesmo que cumpra sua pena com um mínimo de humanidade. Nossas penitenciárias e carceragens não podem continuar sendo um depósito de presos.

27 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### Barriga de aluguel

**Moises de Godoy**

Barriga de aluguel define-se como maternidade de substituição e é um acordo em que a mulher se engravida de terceiro com o objetivo de dar à luz criança a ser assumida e criada por outros, especialmente familiares. É um acordo denominado contrato de gestação e tem como fundamento possibilitar à mulher, que será a mãe de direito, realizar-se um propósito íntimo, já que não dispõe de condições para se engravidar biologicamente. O termo passou a ter tanta expressão que se tornou até nome de novela brasileira, que foi ao ar de agosto de 1990 a maio de 1991.

Recentemente, decisão do STJ tratou do tema, reconhecendo que é plausível a chamada fertilização "in vitro", mas estabelecendo que a criança deveria ficar com

o pai, antecedendo ao que ocorreu no mundo da novela, em que a disputa pelo bebê não levou em consideração a atuação da mãe, que suportou, durante nove meses, todos os riscos e atropelos da gravidez.

Nesses casos, a posição da doutrina é no sentido de proteger os legítimos interesses da criança e essas decisões levam em consideração a opinião do Ministério Público, da mãe biológica, do pai genitor e das famílias envolvidas e a decisão referida ratificou que o assunto é relevante e vem sendo tratado desde o início dos anos 90, quando a própria sociedade admitiu que esses casos são normais, nada obstante ferirem opiniões conservadoras.

Por outro lado, o TJ-MT decidiu que a criança nascida de barriga de aluguel seria registrada em nome dos pais (pai fornecedor da

matéria prima e da mãe estranha à fecundação), cabendo a ambos todos os direitos que decorrem dessa situação, inclusive de comunhão dos pais com a criança assim fertilizada.

A discussão e a apreciação do tema estão na ordem do dia, mobilizam os tribunais, devendo, contudo, haver tarefa de equilíbrio entre a permissão da Justiça e os interesses e direitos do menor, bem como também do Conselho Regional de Medicina, que resolveu tratar a questão como de natureza médica. Na Bíblia, no livro de Gênesis, existe a narrativa de Abraão, com sua mulher Sara e a criada Hagar, a quem foi cometido o encargo de, como fornecedora do ventre, dar à luz o filho Ismael.

**MOISES DE GODOY** é advogado em Londrina

# GAZETA DO POVO

## Pequenos erros, grandes consequências

25 JAN 2014

O episódio do saque de contas com depósitos judiciais não tributários pode não ter movimentado grandes somas, mas revela um controle falho desses recursos na rede bancária

**E**m entrevista coletiva realizada ontem, a secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira, afirmou que uma sucessão de pequenos erros na transição entre os bancos que administravam as contas fez com que o dinheiro de depósitos não tributários acabasse sacado junto com depósitos tributários, indo parar na conta do governo do estado. As afirmações da secretária ajudam a esclarecer uma situação que vinha se arrastando desde o início da semana. Na quinta-feira, o governador Beto Richa já tinha dito que o governo estadual realmente teve acesso a esse dinheiro, mas acrescentou que não houve a intenção de se apoderar desses valores. “Houve a participação do TJ [Tribunal de Justiça do Paraná], do governo, da instituição financeira [a Caixa Econômica Federal] e não houve má-fé de nenhuma dessas instituições”, afirmou. Não há motivos para duvidar de Richa, mas, por menores que tenham sido os valores envolvidos, essas pequenas desatenções causaram um grande transtorno a quem tinha direito a determinados valores e viu sua conta subitamente zerada, e revelaram falhas na gestão desse dinheiro por parte do sistema bancário.

Depósitos judiciais são valores depositados em juízo pelos envolvidos em uma disputa no Judiciário. O dinheiro fica sob a guarda do TJ até ser sacado pelo vencedor da causa, quando há decisão definitiva. Os depósitos tributários se referem a causas ligadas ao pagamento de impostos; os depósitos não tributários são referentes a outros tipos de disputas. O TJ administra, assim, uma pequena fortuna: só em depósitos não tributários, são R\$ 6 bilhões: um dinheiro que o governo do estado tentou usar quando, em julho, tirou os deputados estaduais do recesso para votar, às pressas, uma lei que permitiria que parte dos depósitos judiciais não tributários pudesse ser incorporada ao Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Paraná (Sigerfi), o “caixa único” do governo estadual. Felizmente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) interveio, a pedido da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, impedindo o TJ de repassar ao caixa único estadual o dinheiro de terceiros. No fim do ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou uma outra lei, regulamentando o acesso do governo a parte dos depósitos judiciais tributários — esta, sim, uma medida condizente com a legislação federal sobre o tema.

Mesmo com os esclarecimentos de ontem, ainda há algumas dúvidas. Como a Caixa libera recursos ao governo estadual sem checar e recheckar se eles provêm da fonte correta? E qual foi o valor indevidamente colocado à disposição do governo? Na coletiva de ontem, Jozélia disse que foram sacados R\$ 365 mil em depósitos não tributários; no entanto, o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, afirmou na mesma entrevista coletiva que o valor pode ser um pouco maior. Além disso, a OAB e o TJ ainda afirmam, ao contrário do Executivo, que o dinheiro não foi usado para o pagamento de precatórios ou da dívida consolidada do estado, que é o destino previsto em lei para esses recursos.

Mas a prioridade é devolver a seus legítimos donos o dinheiro sacado irregularmente. Nota do TJ divulgada na terça-feira informava que, “na hipótese de ter ocorrido eventual equívoco com relação aos depósitos judiciais de natureza não tributária, o estado do Paraná tem prazo de 48 horas para fazer a restituição do respectivo valor”. Na quinta-feira, Richa disse que “se houve equívoco, existe um fundo de reserva que repara imediatamente essa situação, promovendo o estorno desses recursos”. Sendo assim, era fundamental que a restituição fosse feita imediatamente, como prometido. Segundo Jozélia, as 23 contas identificadas que tiveram saques indevidos já tiveram o dinheiro devolvido. Se ainda há outras contas que foram zeradas, isso dependerá do levantamento que a OAB-PR está fazendo entre os advogados.

Assim, parece que o episódio terminará sem prejuízos para nenhum cidadão que aguarda decisão judicial ou já ganhou o direito a sacar os valores. Mesmo assim, há lições a serem aprendidas. Richa disse, na quinta-feira, que “querem fazer um terremoto de uma situação que não é assim que se apresenta”. É verdade que o valor total pode ter sido pequeno, mas o fato é que, mesmo involuntariamente, dinheiro que pertencia a cidadãos e empresas desapareceu da noite para o dia, indo parar nos cofres públicos. A situação só não é pior porque foi divulgada — e novamente é preciso elogiar a OAB, entidade graças à qual a denúncia veio à tona — e o erro está sendo reparado. Que o episódio sirva de alerta para que os mecanismos de controle desses recursos na rede bancária sejam reforçados, impedindo casos semelhantes no futuro.

25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Governo do Paraná deve R\$ 1,1 bilhão a fornecedores

Dívida iniciada em 2010 com várias empresas cresceu 57% em um mês. Apesar do aumento, secretária diz que não haverá calote

*Guilherme Voitch*

O governo do Paraná inicia 2014 devendo R\$ 1,1 bilhão para fornecedores e empresas contratadas — um valor 57% superior ao devido em dezembro do ano passado. O número foi revelado ontem pela secretária estadual da Fazenda, Jozélia Nogueira. “Estamos no Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal] com comprovação de R\$ 1,1 bilhão com fornecedores esperando na fila para receber.”

A secretária relaciona a dívida ao não-pagamento de valores de empréstimos e financiamentos pleiteados pelo Executivo. “A dívida existe por um único motivo. Para que tivéssemos acesso a operações de crédito, o estado precisou investir primeiro para receber o reembolso. Isso acontece no Brasil todo. Os estados não têm dinheiro próprio para investir. Então eles aces-

saam operações de crédito para ter dinheiro para investimento. No Paraná, a maioria das operações de crédito exigia investimento antecipado. O atraso na liberação desse reembolso levou ao endividamento”, disse.

O aumento da dívida de dezembro para janeiro também é explicado pela natureza dos empréstimos. “Aumentamos o ritmo para cumprir as metas das operações de crédito. Se eu não gasto e não realizo o investimento, eu não recebo depois”, explicou Jozélia.

### Empréstimo

O governo do estado tem a receber cerca de R\$ 2 bilhões em cinco empréstimos presos na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O mais volumoso deles, referente ao Proinvest (Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal), traria R\$ 817 milhões para os cofres do estado. O Paraná é o único estado brasileiro que não recebeu o dinheiro do programa.

Para o governador Beto Richa (PSDB), o Paraná tem sido preterido por razões políticas e eleitorais. Ele relaciona o fato à atuação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), sua provável adversária nas eleições deste ano. A STN afirma que todas as restrições são técnicas. O Paraná teria descum-

prido condicionalidades necessárias para a liberação da verba, entre elas o percentual da receita do estado gasto com pagamento do pessoal. O Paraná superou o limite de 46,55% imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em cinco quadrimestres da gestão Richa. Em dezembro, o estado chegou a receber um sinal verde da STN depois de comprovar que estaria respeitando o limite. Uma denúncia de que o estado estaria “maquiando” os números, feita pelo senador Roberto Requião (PMDB) nos últimos dias do ano, atrasou o repasse novamente. Segundo Jozélia, nova documentação foi levada para a STN e a previsão é de que na próxima semana saia a liberação dos recursos.

**CONTINUA**

25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Dívida pulverizada

O R\$ 1,1 bilhão refere-se a dívidas que se iniciaram em 2010 e vieram crescendo, principalmente no ano passado. De acordo com a secretária, a dívida está pulverizada entre várias empresas, responsáveis por obras como estradas e escolas e pelo fornecimento de alimentação e material ao governo. A Gazeta do Povo tem mostrado em reportagens uma série de problemas enfrentados com a falta de pagamento aos fornecedores. O atraso deixou viaturas e ambulâncias sem gasolina, delegacias sem material, obras paralisadas e órgãos públicos sem telefone. Segundo Jozélia, o governo irá elaborar um cronograma de pagamento, assim que receber os financiamentos. “Vamos dividir por ordem cronológica e priorizar pagamento de pessoal”, garante. Se o dinheiro não vier rapidamente, diz a secretária, não haverá calote. “Vamos estabelecer um cronograma, mais longo. Mas vamos pagar.”



**“No Paraná, a maioria das operações de crédito exigia investimento antecipado. O atraso na liberação desse reembolso levou ao endividamento.”**

Jozélia Nogueira, secretária estadual da Fazenda.

CONTINUA

25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Governo admite saque irregular e diz que dinheiro foi devolvido

O governo do estado admitiu ontem que utilizou de forma equivocada R\$ 365 mil de 23 contas com depósitos judiciais não-tributários. Segundo a secretária estadual da Fazenda, Jozélia Nogueira, o dinheiro foi devolvido ontem para a conta única administrada pelo Poder Judiciário na Caixa Econômica Federal (CEF).

A declaração foi dada depois de um encontro entre a secretária e o presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Juliano Breda. A denúncia da OAB de que depósitos não-tributários foram utilizados pelo governo foi publicada na quarta-feira na *Gazeta do Povo*. A reação inicial do Executivo foi negar o fato (veja mais ao lado).

Ontem, Jozélia relacionou o equívoco aos bancos responsáveis pela conta e aos advogados das partes. "Pensávamos, a partir da listagem recebida pela Caixa Econômica Federal, que todos os depósitos eram tributários. Essa listagem está há muitos anos sendo tratada por três bancos diferentes. Eles têm dificuldades em

identificar as contas, devido às formas diferentes utilizadas para tratar os depósitos. Muitos advogados que fazem os depósitos também não comunicam corretamente qual a natureza do depósito."

Para Jozélia, o erro é aceitável, já que teriam ocorrido problemas com apenas 0,2% das contas e com 0,6% do total depositado. A secretária afirmou que um pente-fino em todos os depósitos está sendo concluído pelo governo para evitar erros futuros. Ela também garante que a informatização do sistema vai contribuir para evitar problemas.

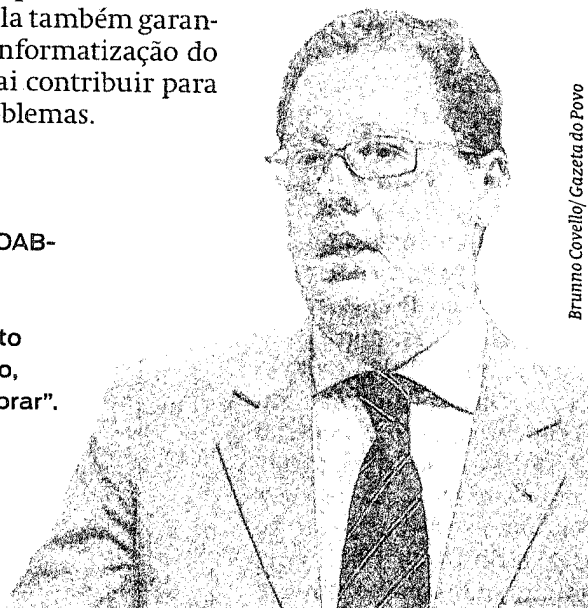
Breda, da OAB-PR: "ainda que fosse um depósito equivocado, iríamos cobrar".

### Equívoco

O presidente da OAB isentou a Caixa e os advogados de culpa. Segundo ele, o convênio assinado para a liberação dos depósitos atribuía ao Executivo e a o Judiciário o controle dos saques.

"O valor não é gigantesco perto do que o governo do estado levantou, mas, sem dúvida nenhuma, houve equívoco e erro do governo do estado e também do Judiciário. Ainda que fosse um depósito equivocado, iríamos cobrar."

Os depósitos judiciais consistem em valores em disputa entre duas partes. Enquanto não sai uma decisão definitiva da Justiça, o valor fica congelado em uma conta administrada pelo Judiciário. Em disputas que envolvam impostos, o Executivo é autorizado a sacar uma parte do dinheiro para pagar precatórios e impostos, com a incumbência de devolver o recurso no futuro. (GV)



Brunno Covello/Gazeta do Povo

CONTINUA



25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### IDAS EVINDAS

Veja as mudanças sucessivas de versões por parte do governo a respeito do caso.

#### Terça-feira

Em denúncia à **Gazeta do Povo**, advogados do Paraná que representam clientes com direito a receber depósitos judiciais não tributários alegam ter sido informados pela Caixa Econômica Federal de que o governo do estado sacou os recursos no fim de 2013. A medida é ilegal e está proibida pelo CNJ. A verba teria sido utilizada para pagar a folha do funcionalismo de dezembro.

O governo nega todas as informações e afirma ter sacado apenas depósitos tributários, em torno de R\$ 150 milhões, com os quais diz ter pago precatórios e a dívida consolidada do estado.

#### Quarta-feira

Governo admite que pode ter sacado indevidamente depósitos judiciais de terceiros, mas afirma que se isso ocorreu os erros foram cometidos pela Caixa e por advogados.

A OAB e o TJ desmentem a informação de que o governo teria destinado R\$ 80 milhões obtidos dos depósitos judiciais para pagar precatórios e confirmam que

foram pagos R\$ 40 milhões somente depois de a **Gazeta do Povo** questionar o Executivo sobre o assunto.

O TJ afirma que a transação dos depósitos se deu dentro da legalidade, mas que, em caso de ter havido erros, o governo tem 48 horas para devolver os recursos.

#### Quinta-feira

O governador Beto Richa admite que o Executivo sacou indevidamente dinheiro de terceiros, mas atribui o "erro" à Caixa e ao TJ. Ele garante que o dinheiro será devolvido.

#### Ontem

Secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira apontou mais um culpado, desta vez o Banco do Brasil, que não teria diferenciado os depósitos na migração das contas para a Caixa.

Governo afirma ter devolvido ao Judiciário R\$ 365 mil de 23 contas não tributárias acessadas indevidamente.

Em nenhum momento, é apresentado o documento elaborado pelo governo e homologado pelo TJ, com base no qual a Caixa executou a transferência dos depósitos. É nele que constava a lista de contas acessadas pelo Executivo.

25 JAN 2014

## GAZETA DO POVO



### **Casa da toga**

A Associação dos Magistrados do Paraná apresentará na próxima sexta-feira suas novas instalações, que passam a funcionar na Rua Alberto Folloni, 541, Ahú. Durante a solenidade, às 10 horas, a diretoria da entidade fará a entrega da Comenda Alceste Ribas de Macedo a pessoas que se destacaram na prestação de serviços à Justiça ou contribuíram para o fortalecimento da magistratura – entre elas os desembargadores Guilherme Luiz Gomes, presidente do Tribunal de Justiça, e Joeci Machado Camargo, coordenadora do projeto Justiça no Bairro, e a juíza Rosicler Mandorlo.

25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Barbosa diz que não está de "rolezinho" em Paris

Presidente do STF rebateu afirmações de advogado do deputado João Paulo Cunha, cujo mandado de prisão continua pendente.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, disse ontem que o advogado do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT) cometeu uma "grosseria preconceituosa" ao acusá-lo de estar dando um "rolezinho em Paris".

"Um advogado vir a público fazer grosserias preconceituosas contra um membro do Judiciário que julgou seu cliente é uma prova eloquente de déficit civilizatório", disse Joaquim Barbosa, em Paris.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o advogado Alberto Toron criticou o presidente do STF por ter viajado em férias sem ter assinado o mandado de prisão do deputado petista.

Joaquim Barbosa afirma que não houve tempo hábil para assinar o mandado de prisão porque isso só poderia ser feito após a comunicação oficial à Câmara dos Deputados e ao juiz de execuções penais. Os recursos do deputado foram rejeitados no dia 6 de janeiro pelo presidente do STF, que viajou para a Colômbia na madrugada do dia 7.

**"Houve prisão a conta-gotas? Não foram realizadas 12 prisões de uma vez só [em novembro]? Cada caso é um caso. Nós estamos examinando a vida de pessoas."**

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em Paris, onde cumpre compromissos oficiais desde a última quarta-feira, Joaquim Barbosa criticou os colegas Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski — que o substituíram no comando da corte em janeiro — por terem concedido "um mês a mais de liberdade" ao não assinarem o mandado de prisão de João Paulo Cunha.

Barbosa disse que, se fosse substituto na presidência da corte, não teria hesitado em assinar o ato para que o condenado iniciasse o cumprimento da pena.

As críticas de Barbosa acirraram o clima de animosidade

na corte. Citando o regimento interno, Lewandowski rebateu Barbosa, atribuindo a assinatura do pedido de prisão como ato que teria de ter sido praticado pelo relator do processo e não do ministro que assumiu a presidência em regime de plantão.

### Conta-gotas

Ao ser entrevistado por jornalistas brasileiros após proferir uma palestra no Conselho Constitucional (equivalente francês ao STF) ontem, em Paris, Joaquim Barbosa foi indagado se as prisões de condenados do julgamento não estavam sendo determinadas "a conta-gotas".

"Houve prisão a conta-gotas? Não foram realizadas 12 prisões de uma vez só [em novembro]? Cada caso é um caso. Nós estamos examinando a vida de pessoas", afirmou o ministro.

Os 12 presos aos quais o presidente do STF se referia são o grupo

detido em novembro, no qual estavam José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Marcos Valério e Henrique Pizzolatto — este foragido da Justiça.

## "NÃO SOU CANDIDATO"

Durante sua estada em Paris, Barbosa tem sido questionado por autoridades como a ministra da Justiça, Christiane Taubira, sobre se vai ou não se candidatar à Presidência. "Ela esteve no Brasil recentemente e agora me perguntou", confirmou. Questionado sobre sua resposta, o magistrado respondeu: "Eu não sou candidato, não estou preocupado com isso. Aliás, estou me divertindo com isso".

25 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## JUSTIÇA

### **Advogado paranaense derruba veto a bebidas alcoólicas nos estádios**

Henrique Cardoso, um advogado curitibano, torcedor do Atlético, conseguiu ontem à noite, na 12.ª Secretária dos Juizados Especiais de Curitiba, a confirmação de uma sentença favorável à liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de todo o Brasil. A decisão ainda não foi publicada, terá efeito imediato e a CBF, que havia baixado a proibição em 2008 por meio de uma resolução, poderá recorrer. Por ter saído de um juizado especial, a decisão terá efeito imediato após a publicação, sem direito a efeito suspensivo, enquanto tramita em outras instâncias. "Ao meu pedido, a resolução de 2008 foi considerada inconstitucional. O Estatuto do Torcedor veda o uso de substâncias proibidas, porém a cerveja pode ser vendida em qualquer esquina legalmente, o que tira este caráter", explicou Cardoso, que aguarda a publicação da decisão da Justiça para ver quais argumentos foram aceitos.

# 25 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

### Impasse deixa Cascavel sem saber quem é o prefeito

O impasse político em Cascavel, no Oeste do Paraná, deixou a cidade sem saber quem é o prefeito. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) autorizou o prefeito Edgar Bueno (PDT) a recorrer da decisão que cassou seu mandato, mas também derrubou a liminar que o mantinha no cargo. Bueno e o vice Maurício Theodoro (PSDB) entraram ontem com uma ação cautelar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com um pedido de nova liminar para permanecerem nos cargos enquanto o caso não é julgado em última instância.

Bueno e Theodoro tiveram seus mandatos cassados em novembro por acusação de fraude eleitoral. A Justiça entendeu que eles cometeram crime ao veicular no horário eleitoral gratuito informações supostamente mentirosas de que o candidato adversário, Professor José Lemos (PT), não reside em Cascavel. A Justiça entendeu que a divulgação interferiu no resultado eleitoral.

### MPF denuncia cinco por tráfico em helicóptero de Perrella

O Ministério Público Federal no Espírito Santo denunciou cinco pessoas sob acusação de envolvimento no transporte de cocaína em helicóptero de empresa do deputado estadual Gustavo Perrella (SDD-MG), filho do senador Zezé Perrella (PDT-MG). Foram denunciados o piloto Rogério Almeida Antunes, o co-piloto Alexandre José de Oliveira Júnior, os responsáveis por descarregar o helicóptero Robson Ferreira Dias e Everaldo Lopes de Souza e o dono da fazenda em Afonso Cláudio, sul do Espírito Santo, Elio Rodrigues. Sobre a eventual participação de Gustavo Perrella, a Procuradoria informou que pediu envio do inquérito ao TRF da 2ª Região.

### Coluna do leitor

#### Presídios 1

**T**emos de definir que a sociedade não deve pagar (**Gazeta**, 24/1) para manter bandidos. Se houvesse vontade política, seriam criadas prisões em que os presos iriam trabalhar, produzir, no mínimo para o custeio da unidade em que estivessem recolhidos. Como o Estado é péssimo em termos de gestão, sem falar na corrupção, o mais coerente é instituímos prisões com comando privado, mas com a fiscalização do Ministério Público.

Walter Xavier

#### Presídios 2

O sistema prisional brasileiro é um barril de pólvora em que a maioria dos detentos está aprisionada há anos, sem qualquer apreciação de seus processos pelo Poder Judiciário. Julgamento é fato para a minoria. O Judiciário precisa realizar mutirões de caráter emergencial nos grandes presídios e também em delegacias distritais, onde o problema de superlotação, falta de dignidade e de higiene é uma afronta ao próprio sistema carcerário.

Célio Borba

#### Depósitos judiciais

"Como pode se emprestar dinheiro sem conhecer a sua origem? Será mesmo que tanto o governo quanto a Caixa não sabiam que era dinheiro de terceiros?"

Edmilson da Silva, via Facebook, sobre os saques de depósitos judiciais feitos indevidamente pelo governo estadual.

25 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

# MPF investiga confisco de poupanças pela Caixa

O Ministério Público Federal no Distrito Federal instaurou inquérito civil para apurar se a Caixa Econômica Federal cometeu alguma irregularidade ao decidir encerrar quase 500 mil cadernetas de poupança em 2012 e incorporar o saldo dessas contas — R\$ 420 milhões, descontados os impostos — ao lucro do banco.

O banco estatal não conseguiu escapar de investigação do MPF, que pretende apurar a conduta do banco e de seus dirigentes não só na área civil como também na criminal. Por outro lado, o Banco Central (BC), órgão de fiscalização do sistema financeiro, deve poupar a Caixa de responder a um processo administrativo pela operação. O BC, porém, terá que se manifestar sobre o caso no inquérito civil, de acordo com o Ministério Público Federal.

A Caixa tem 15 dias para prestar os esclarecimentos pedidos pelo MPF. O inquérito civil, cujo prazo de conclusão é de um ano, vai apurar se o banco estatal descumpriu alguma regulamentação do BC ou do Conselho Monetário Nacional (CMN).

No ofício encaminhado à Caixa na quinta-feira, o MPF solicita informações detalhadas sobre a forma como o banco agiu para identificar e regularizar as contas.

Na versão do banco estatal, foram encerradas 496.776 contas cujos CPF tinham sido cancelados, suspensos ou pendentes de regularização com a Receita Federal. No conjunto, as cadernetas encerradas detinham R\$ 719 milhões, que, descontados os impostos, aumentaram o lucro líquido da instituição em R\$ 420 milhões, o que representa em torno de 7% do lucro apresentado naquele ano.

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

» BALANÇO FINANCEIRO

## Juntos, cartórios do estado faturam mais que 98% das prefeituras do PR

### Cartórios do PR arrecadam R\$ 43 mi ao mês

Dados do CNJ mostram que cada cartório extrajudicial do Paraná arrecada, em média, R\$ 44 mil por mês. As maiores arrecadações ficam nas grandes cidades. Entidade que representa os cartórios diz que despesas são 65% da receita.

Segundo dados do CNJ, serventias paranaenses têm arrecadação média mensal de R\$ 43 milhões.

Apenas seis cidades do Paraná dispõem de orçamento maior por mês

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

A soma da arrecadação mensal dos cartórios extrajudiciais paranaenses chega a pelo menos R\$ 43 milhões, valor superior à previsão das receitas orçamentárias por mês de 393 (98%) dos 399 municípios do Paraná.

Na média por cartório, o faturamento é de R\$ 44,1 mil mensais. Já as serventias de Curitiba arrecadam em média R\$ 194 mil. Em todo Brasil, os cartórios arrecadam juntos R\$ 1 bilhão por mês — ou R\$ 75,6 mil por estabelecimento.

As informações sobre o faturamento dos cartórios foram coletadas pela Gazeta do Povo no sistema Justiça Aberta, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O sistema aponta o cadastro de 980 cartórios extrajudiciais no Paraná, mas seis deles não enviaram informações sobre arrecadação até a semana passada.

A soma do último faturamento semestral apresentada pelas 974 serventias com informações disponíveis no CNJ chega a R\$ 257,8 milhões — ou seja, R\$ 43 milhões mensais. Os valores constituem a receita bruta do período (adição da quantidade de atos realizados pelo estabelecimento, como a autenticação de uma cópia, e o valor cobrado por cada ato), sem qualquer desconto.

Os valores de arrecadação são fornecidos semestralmente pelos próprios cartórios e se tornaram abertos

ao público em geral no último dia 10. O levantamento leva em consideração a última declaração feita pelos estabelecimentos — a maioria é referente aos últimos seis meses de 2013, mas há dados de semestres anteriores.

Na comparação com as receitas dos municípios paranaenses, só seis prefeituras tiveram maior previsão de arrecadação média mensal, segundo a estimativa mais recente feita com dados de 2012 do Tribunal de Contas do Estado. São elas: Curitiba (R\$ 440 milhões), Londrina (R\$ 88,6 milhões), Maringá (R\$ 63,2 milhões), Araucária (R\$ 58,8 milhões), São José dos Pinhais (R\$ 54,8 milhões) e Cascavel (R\$ 46,5 milhões).

Já a soma do faturamento semestral dos cartórios é superior aos recursos empenhados pelo governo do Paraná ao longo de todo ano de 2013 para investimentos na área de educação (R\$ 206,7 milhões), saúde (R\$ 214 milhões) e segurança pública (R\$ 178,3 milhões).

CONTINUA

Confira as receitas dos cartórios brasileiros e do Paraná, segundo dados do sistema Justiça Aberta, do Conselho Nacional de Justiça:

## CONTINUAÇÃO

### Regularizados

O sistema Justiça Aberta aponta ainda que apenas 508 (52%) dos 980 cartórios cadastrados do Paraná são ocupados por titulares em situação regular. Outros 276 são definidos como “vagos”, ou seja, não são ocupados por concursados, como determina a Constituição de 1988, nem por titulares que assumiram o cargo pelas regras anteriores. Os demais 196 têm a titularidade envolvida em disputa judicial.

Dos 13.803 cartórios de todo Brasil, 7.823 (57%) têm titulares em situação regular. Outros 4.967 são considerados vagos e 1.013 estão em discussão na Justiça.

O levantamento do CNJ abrange apenas os cartórios (também chamados de serventias) extrajudiciais. Esses órgãos são vinculados a um tabelião ou oficial de registro que recebem delegação do poder público para registrar atos extrajudiciais e fornecer certidões. A delegação garante ao tabelião ou notário a “fé pública”, ou seja, o poder de garantir a eficácia de negócios jurídicos.

Além deles, existem os cartórios judiciais, que são as secretarias das varas judiciais — órgãos do Poder Judiciário presididos por juízes e responsáveis pela guarda e execução de processos.

### Serviço

As informações sobre cartórios de todo o país podem ser acessadas na internet no link <http://bit.ly/1fcl5iy>

	Valor mensal*	Número de cartórios**	Arrecadação média por cartório
BRASIL	R\$ 1 bilhão	13.233	R\$ 75,6 mil
PARANÁ	R\$ 43 milhões	974	R\$ 44,1 mil
CURITIBA	R\$ 9,7 milhões	50	R\$ 194 mil

\*Média da última informação de arrecadação semestral enviada ao CNJ.

\*\*Contabiliza apenas os cartórios que enviaram informação de arrecadação ao CNJ.

### 10 cartórios que mais arrecadam (por semestre)

Brasil	Em R\$ milhões
9º Ofício de Reg. de Imóveis do Rio de Janeiro (RJ)	48,5
11º Oficial de Reg. de Imóveis de São Paulo (SP)	44,2
Serviço Registral de Imóveis, Títulos e Doc. de Primavera do Leste (MT)	33,1
15º Oficial de Reg. de Imóveis de São Paulo (SP)	26,8
9º Oficial de Reg. de Imóveis de São Paulo (SP)	25,1
15º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (RJ)	24,0
14º Oficial de Reg. de Imóveis de São Paulo (SP)	22,4
2º Ofício de Reg. Civil, Títulos e Doc. e Pessoas Jurídicas de Brasília (DF)	22,2
18º Reg. de Imóveis de São Paulo (SP)	18,9
7º Ofício de Reg. de Distribuição do Rio de Janeiro (RJ)	16,7

### Paraná

2º Tab. de Título de Campo Mourão	6,4
8º Serviço de Reg. de Imóveis de Curitiba	4,6
1º Serviço de Reg. de Imóveis de Londrina	3,1
1º Tab. de Notas de Foz do Iguaçu	2,8
2º Serviço de Reg. de Imóveis de Curitiba	2,6
6º Serviço de Reg. de Imóveis de Curitiba	2,5
2º Tab. de Protestos de Títulos de Curitiba	2,4
4º Serviço de Reg. de Imóveis de Curitiba	2,1
1º Tab. de notas de São José dos Pinhais	2,1
Serviço Distrital do Boqueirão, em Curitiba	2,0

### Curitiba

8º Serviço de Reg. de Imóveis	4,6
2º Serviço de Reg. de Imóveis	2,6
6º Serviço de Reg. de Imóveis	2,5
2º Tab. de Protestos de Títulos	2,4
4º Serviço de Reg. de Imóveis	2,1
Serviço Distrital do Boqueirão	2,0
7º Tab. de Notas	2,0
5º Tab. de Protesto de Títulos	1,8
9º Serviço de Reg. de Imóveis	1,7
8º Tab. de Notas	1,6

Observação: O levantamento das maiores arrecadações leva em consideração a última declaração feita pelos estabelecimentos — a maioria é referente aos últimos seis meses de 2013, mas há dados de semestres anteriores. De acordo com o CNJ, o fornecimento dos dados é feito pelos próprios cartórios.

Fonte: Justiça Aberta, do CNJ ([www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta)).  
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA



26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Seis dos dez "campeões" de receita estão em Curitiba

Gesli Franco, Katna Baran e André Gonçalves

Seis dos dez cartórios que, segundo o CNJ, apresentaram as maiores arrecadações semestrais entre os estabelecimentos paranaenses ficam em Curitiba (confira ranking no infográfico). O primeiro da lista dos que mais faturaram no Paraná, contudo, é o 2.º Tabelionato de Título de Campo Mourão. O sistema Justiça Aberta aponta que, entre julho e dezembro de 2013, o estabelecimento arrecadou R\$ 6,368 milhões.

Em segundo lugar, está o 8.º Registro de Imóveis de Curitiba, com uma arrecadação de R\$ 4,65 milhões, entre julho e dezembro de 2012 (as duas declarações mais recentes aparecem como "pendentes"). Na sequência, vem o 1.º Serviço de Registro de Imóveis de Londrina, com arrecadação de R\$ 3,076 milhões no último semestre do ano passado. Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais também têm cartórios na lista.

Procurado pela reportagem, o responsável pelo cartório de Campo Mourão,

Joaquim Viana Pereira Filho, contestou as informações divulgadas pelo CNJ. Segundo ele, os números são irreais, já que o máximo arrecadado ficou na casa dos R\$ 2 milhões. "É muito trabalho para pouco lucro. Prefiro não comentar sobre arrecadação para evitar que as pessoas pensem que isso aqui é uma mina de ouro. Não é", declarou.

Consultada sobre o possível erro, a assessoria do CNJ informou que "os valores apresentados são fornecidos pelas próprias serventias no sistema Justiça Aberta".

### Movimentado

Em Curitiba, a portaria do prédio onde fica o cartório que mais arrecada na capital vive movimentada. A fila de atendimento no 8.º Registro de Imóveis, localizado no centro da cidade, se mantém grande o dia todo, mesmo com os mais de dez funcionários atendendo nos guichês.

A explicação para o movimento pode estar na região de abrangência do cartório, que atende bairros como Campo Comprido, Mossunguê e Orleans, áreas de grande expansão imobiliária nos últimos anos. Além dos registros, a arrecadação se deve principalmente a emissão de certidões, segundo os funcionários do local.

## VAGAS ABERTAS

### Concurso inclui dois dos dez cartórios que mais faturam na capital

Após quatro anos de discussões judiciais, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) abriu na segunda-feira passada as inscrições para preencher a titularidade de 503 cartórios do estado. Desses estabelecimentos, 326 serão ocupados por novos titulares e outros 177 por remoção – ou seja, são destinados a titulares de outros cartórios que querem mudar de serventia. Dos 15 cartórios em disputa em Curitiba, dois estão entre os dez da cidade que declararam ao sistema Justiça Aberta as maiores arrecadações semestrais. O 2º Serviço de Registro de Imóveis aparece no sistema com um faturamento de R\$ 2,6 milhões e o 8º Tabelionato de Notas com R\$ 1,6 milhão. As inscrições se encerram em 18 de fevereiro e podem ser feitas na internet por meio do link <http://bit.ly/1hH5U19> (AG)

CONTINUA

# 65% da receita é consumida com despesas, diz entidade de cartorários

Anoreg argumenta que a forma como o CNJ divulgou os dados da arrecadação das serventias pode levar a interpretações equivocadas

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), entidade que representa os cartórios, informou que a maneira como a arrecadação das serventias passou a ser divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode "levar a equivocadas interpretações caso não sejam consideradas dentro do seu adequado contexto".

Em nota enviada à Gazeta do Povo, a entidade ressaltou que os dados não comportam "despesas, impostos e taxas, além de outros gastos necessários ao adequado funcionamento dos serviços". Na comparação da média de arrecadação nacional de R\$ 75,6 mil

**"Os cartórios extrajudiciais, em verdade, exibem um panorama arrecadatário muito aquém da absoluta maioria do segmento privado no Brasil, encontrando-se a classificação de mais de 95% dos cartórios brasileiros na categoria de microempresa."**

Trecho da nota da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

por cartório, a associação estima que R\$ 49,1 mil (65%) são consumidos com despesas. Com isso, a arrecadação líquida seria de R\$ 26,4 mil.

"Os cartórios extrajudiciais, em verdade, exibem um panorama arrecadatário muito aquém da absoluta maioria do segmento privado no Brasil, encontrando-se a classificação de mais de 95% dos cartórios brasileiros na categoria de microempresa, com raras exceções que chegam a alcançar o segmento de pequeno porte. Ressalta-se, ainda, que alguns são deficitários e dependem de repasse de fundos para sua sobrevivência", diz a nota da Anoreg.

O portal do sistema Justiça Aberta traz uma observação que destaca que os valores apresentados são fornecidos pelas próprias serventias e constituem a receita bruta semestral.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO  
BUROCRACIA IBÉRICA

26 JAN 2014

**Brasil potencializou herança cartorial portuguesa, diz historiador**

Professor de História da Universidade Federal de São Carlos, Marco Antônio Villa diz que o panorama atual dos cartórios no Brasil é comumente associado à colonização portuguesa, mas que o país potencializou a burocracia desde o início do período republicano. "Os cartórios eram ligados aos interesses 'corone-

lísticos' das lideranças políticas de cada região. E, com o tempo, as pessoas foram assimilando a ideia de que eles são realmente necessários, mesmo arrecadando fortunas sem desempenhar função social", diz. Segundo Villa, as tentativas de reduzir o alcance dos cartórios sempre sofreram resistências, apesar de a Constituição de 1988 obrigar a distribuição das serventias por concurso. O professor cita o exemplo do Ministério da

Desburocratização, criado no governo de João Figueiredo (1979-1985), que acabou com o reconhecimento de firma em documentos exigidos por repartições federais. "Mas o reconhecimento de firma continua como mais uma das tradições que perduram até hoje." (AG)

**"Os cartórios eram ligados aos interesses 'coronelísticos' das lideranças políticas de cada região. E, com o tempo, as pessoas foram assimilando a ideia de que eles são realmente necessários, mesmo arrecadando fortunas sem desempenhar função social."**

Marco Antônio Villa, professor de História da UFSCar.

## PEC no Congresso tenta legalizar cartórios irregulares

! A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 471/05, que regulariza a situação de cerca de 7,8 mil titulares de cartórios que assumiram entre 1988 e 1994 e não prestaram concurso público, está pronta para ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados desde 2008. Em maio de 2012, um substitutivo ao texto apresentado pelo deputado federal João Matos (PMDB-SC) foi derrubado e, desde então, está em apreciação o conteúdo original

**7,8 MIL  
TITULARES**

de cartórios que assumiram entre 1988 e 1994 sem concurso serão "legalizados" se a PEC for aprovada. A Constituição de 1988 tornou obrigatória a realização de concurso, mas nesse período não houve regulamentação do assunto.

da PEC, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO).

Em junho do ano passado, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), conseguiu colocar a matéria em votação, mas a sessão não prosseguiu por falta de quórum. Na época, Alves declarou que a proposta precisava ser votada logo porque a indecisão sobre ela desgastava o Congresso. "Esta Casa não deve empurrar com a barriga matéria alguma, ela tem de decidir, e cada parlamentar, cada partido, que assumam a responsabilidade."

A tendência é que a votação seja retomada ainda neste semestre, apesar da pressão de entidades contrárias à PEC, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros. (AG)

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### EVOLUÇÃO

26 JAN 2014

Entenda o andamento da discussão sobre a distribuição de vagas nos cartórios brasileiros:

**Antes de 1988** – No período anterior à Constituição Federal, não havia concursos públicos e a titularidade dos cartórios era definida pelos governos estaduais. Titulares de estabelecimentos dessa fase estão dentro da legalidade.

#### **Depois de 1988**

– O artigo 236 da Constituição (que trata da atividade notarial e de registro) determina a obrigatoriedade de concurso público para os cartórios e acaba com os tabeliães substitutos.

#### **Entre 1988 e 1994**

A lei que regulamenta o artigo 236 é editada apenas em 1994. Nesse período de seis anos, começam a operar 7.828 titulares de cartórios sem concurso.

**2005** – O deputado federal João Campos (PSDB-GO) apresenta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 471/05, que regulariza a situação dos titulares de cartórios do período entre 1988 e 1994.

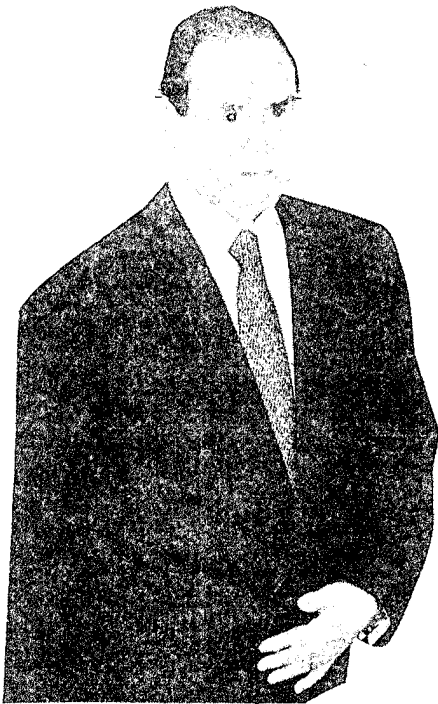
**2010** – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina a vacância desses 7.828 cartórios por desobediência à Constituição. Na época, 426 estavam no Paraná. As vagas deveriam ser ocupadas por concurso público dentro de um prazo de seis meses.

**2014** – O Tribunal de Justiça do Paraná abre concurso para 503 cartórios paranaenses. O CNJ abre para o público em geral os dados de arrecadação das serventias.

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

Notas  
Políticas



## Explicações devidas

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) tem até a próxima quinta-feira para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados finais sobre o cumprimento da Meta 18 de 2013. A meta estabeleceu prioridade para o julgamento de todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos até o final de 2011. A assessoria do órgão informou que, com o fim do prazo, vai poder explicar porque houve mudança nos dados entre agosto de 2013 e janeiro deste ano. Matéria publicada no início do mês pela **Gazeta do Povo** mostrou que, nas informações divulgadas até então, a Justiça paranaense teve o quarto pior desempenho do país: cumpriu 26% da meta, enquanto que a média nacional foi de pouco mais de 54,5%. Dos 1,5 mil processos de corrupção e improbidade cadastrados até 2011, o TJ-PR teria deixado de julgar mais de 1,1 mil. Porém, em agosto, ainda sob a gestão do desembargador **Clayton Camargo (foto)**, o tribunal paranaense havia informado ao Conselho que já tinha cumprido 99% da meta.

26 JAN 2014

GAZETA DO POVO

# Perdas do FGTS geram enxurrada de ações judiciais

Desde 1999 a correção do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) tem ficado abaixo da inflação. Agora, milhares de ações estão sendo abertas para questionar a rentabilidade do fundo. A Caixa calcula que haja perto de 30 mil ações em tramitação, mas esse número deve disparar: na semana passada, quatro decisões da Justiça Federal no Paraná reconheceram o direito de se aplicar a inflação. Essas sentenças, juntamente com uma quinta, proferida em Minas Gerais, são as primeiras a darem ganho de causa ao trabalhador. A Caixa vai recorrer.

R\$ **160**  
BILHÕES

É o passivo que seria gerado se a Justiça reconhecer que os cotistas do FGTS têm direito à correção do saldo pela inflação, segundo a Caixa.

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Perdas do FGTS provocam corrida ao Judiciário

Apenas no Sul, 22 mil ações pedem reajuste dos saldos do Fundo. Correção em massa pode criar despesa de R\$ 160 bilhões para a União

Camille Bropp Cardoso

Quatro sentenças da Justiça Federal do Paraná inicialmente favoráveis a trabalhadores deram gás à polêmica das perdas em contas do FGTS por causa da correção monetária feita pela Caixa Econômica Federal.

Todas as decisões favoráveis no Paraná foram para trabalhadores de Foz do Iguaçu (Oeste do estado). No país todo, houve mais uma decisão determinando a correção das contas, em Minas Gerais. E 13,6 mil pedidos foram indeferidos, segundo o banco. A todas as decisões cabem recursos.

Está em curso uma corrida ao Judiciário. A Caixa diz estar respondendo a 29 mil ações do tipo, mas o Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região fala em 22 mil só no Sul do país. Uma das sentenças de Foz do Iguaçu registrou mais de 770 visualizações on-line entre o dia 15 e a última sexta-feira, a maioria de advogados interessados na argumentação.

O argumento das ações é de que a Caixa não tem considerado o impacto da inflação

ao corrigir as cotas pela Taxa Referencial (TR), como estipula a lei de 1990. Com a mudança no cálculo da TR em 1999, a taxa tem ficado abaixo da inflação, o que corrói mês a mês o saldo das contas.

A Caixa anunciou que vai recorrer das cinco decisões desfavoráveis. Nas contas do banco, o impacto de um reajuste em massa equivaleria a um rombo de R\$ 160 bilhões. O Instituto FGTS Fácil, ONG que acompanha a gestão do fundo, calcula diferença maior: R\$ 201 bilhões até janeiro.

### Individual ou coletivo?

O cotista do fundo precisa avaliar se vale a pena entrar com uma ação individual ou coletiva. O custo de um processo individual é mais alto, e muitas vezes a correção do saldo do FGTS pode não pagar a conta.

A orientação do advogado Sidnei Machado é para que o trabalhador converse antes com seu sindicato para saber se há ação coletiva aberta ou em discussão. Isso vale principalmente para quem sacou o FGTS há pouco tempo ou começou a trabalhar depois de 1999.

“É melhor saber se há ação coletiva e, se sim, acompanhar o processo. A corrida não faz sentido. Se a coletiva tiver sentença indeferida, nada impede que se promova ação individual”, diz Machado.

A probabilidade de um trabalhador estar coberto por uma ação já existente é grande. Há um processo movido em 2013 pela Central Única de Trabalhadores (CUT) que

abrangeria todos os cotistas. No Paraná, petroleiros, trabalhadores de operadoras de telefonia, jornalistas e bancários de Curitiba ingressaram com ações.

### Pressão

O FGTS Fácil defende que trabalhadores ingressem com ações, coletivas ou não, para pressionar pela conclusão do assunto. “O trabalhador que protela faz o que o governo quer, que é ir empurrando o assunto”, diz o presidente do instituto, Mário Avelino.

No caso da correção do FGTS, o fator determinante é o cálculo do “expurgo” — a diferença entre o valor corrigido pela Caixa e o que deveria ser compensado por causa da inflação. “Se o valor do expurgo for baixo, de até uns R\$ 8 mil, exija que o sindicato defenda você. Se for alto, vale uma ação individual, que tramita mais rapidamente”.

---

29.350

ações pedem para substituir por um índice de inflação a correção do FGTS, hoje feita pela TR. O dado é da Caixa, que não informou dados regionais. Mas, segundo estimativa do Tribunal Federal da 4.<sup>a</sup> Região, que abrange o Sul do país, há 22 mil ações apenas na região. Dessas, 1,9 mil teriam partido do Paraná, 16 mil do Rio Grande do Sul e o restante, de Santa Catarina. O banco já anunciou que, se for obrigado a restituir as cotas do FGTS, terá de elevar os juros dos financiamentos de imóveis populares.

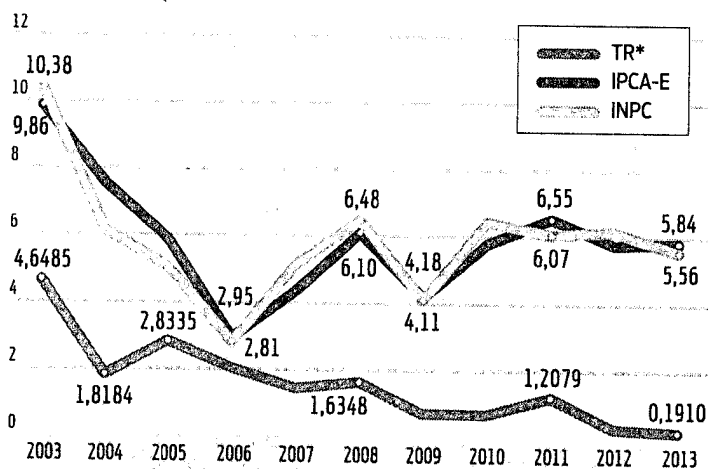
CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## VALORES CORROÍDOS

Compare a diferença no impacto das correções pela TR e por dois índices de inflação:

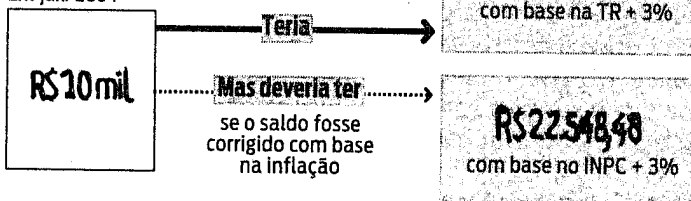


\*Desconsiderados juros anuais de 3%, que também incidem sobre o FGTS.

### Como funciona na prática

Um trabalhador que tinha na sua conta do FGTS:

Em jan/2004



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## TRAMITAÇÃO

### Sentença definitiva deve demorar anos

Uma dúvida reconhecida por advogados é se os processos iniciados agora pedindo a revisão do FGTS podem trazer vantagem ao trabalhador. Como a corrida ao Judiciário começou em setembro, deve levar anos para que chegue a uma corte superior. Um eventual benefício é a incidência de juros de 1% ao mês sobre o valor a partir de uma sentença favorável. "Seria a principal vantagem de entrar agora", avalia o advogado Gabriel Fabian Corrêa. Uma amostra de que a caminhada será longa é o fato de que as sentenças favoráveis aos cotistas divergem entre si. Em Pouso Alegre (MG), o juiz Márcio José Barbosa entendeu

que a TR deveria ser substituída pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, um dos que medem inflação). Nas sentenças de Foz do Iguaçu, o juiz Diego Viegas Vêras defendeu a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). "É recomendável aguardar até meados de 2014 para haver segurança sobre o indexador", defende o advogado Sidnei Machado. Segundo ele, não é certo que quem entrar com ação mais cedo receberá antes.

As decisões favoráveis citam um entendimento que o Supremo Tribunal Federal teve em março, durante processo relacionado a precatórios, sobre a TR não refletir perdas com a inflação. Na maioria das sentenças favoráveis à Caixa,

# 26 JAN 2014

### O que é o FGTS

O fundo é formado por patrimônio dos trabalhadores e do governo, que deve investir em habitação, saneamento e infraestrutura. Em 2012, o FGTS tinha R\$ 55,3 bilhões em patrimônio usado para investimentos; e R\$ 8,2 bilhões pertencentes aos trabalhadores. O lucro líquido era de R\$ 14,3 bilhões. Os dados de 2013 serão divulgados em fevereiro. A gestão é feita por um conselho curador, formado por 12 representantes do governo, seis de empregadores e seis de trabalhadores. A Caixa é gestora das 265 milhões de contas e recebe por isso. Em 2012, recolheu R\$ 3,3 bilhões.

### Como é feita essa conta

Taxa de correção do FGTS	Acumulado entre 2002 e 2013*	Rendimento acumulado do FGTS
TR	19%	TR + 3%
INPC	88%	INPC + 3%
		171%

porém, venceu a insegurança dos juízes sobre se um assunto se aplica ao outro, diz Machado. Também se cogita uma decisão política, como o acordo em massa proposto pelo banco em 2009 a 240 mil donos de poupanças que perderam dinheiro com planos econômicos. (CBC)

**"É recomendável aguardar até meados de 2014 para haver segurança sobre o indexador."**

Sidnei Machado, advogado, sobre o índice que deve ser usado para corrigir os saldos do FGTS. Em Foz, juiz escolheu o IPCA-E; em Minas Gerais, magistrado optou pelo INPC.

CONTINUA



### O QUE FAZER

Quer pedir a correção do saldo do FGTS? Siga os passos abaixo:

**1** Antes de tudo, calcule de quanto seria o valor devido pela Caixa. Uma dica: o FGTS Fácil tem uma ferramenta grátis que calcula o descompasso do saldo em relação à inflação (INPC). Acesse [www.fgtsdevido.com.br](http://www.fgtsdevido.com.br) e confira o passo a passo em vídeo. É necessário ter o extrato do FGTS para cada vínculo empregatício, que pode ser pedido ao banco.

**2** Se o valor devido é baixo (se houve saques recentes ou o saldo se manteve baixo a partir de 1999), a ação coletiva é a opção mais viável. Exija posicionamento da sua entidade de classe e acompanhe o processo. A ação é mais lenta, porque todos as partes terão de ser notificadas a cada decisão, mas os custos são bem menores.

---

**“É melhor saber se há ação coletiva e, se sim, acompanhar o processo. A corrida não faz sentido. Se a coletiva tiver sentença indeferida, nada impede que se promova ação individual.”**

Sidnei Machado, advogado.

**Decisão em 1.ª instância saiu rápido**

Recepcionista de um hospital privado em Foz do Iguaçu, Claudio Gerson Reis de Arruda, 37 anos, pediu na Justiça a compensação pe-

**3** Se o valor do saldo é alto, cogite a ação individual. Mas é preciso avaliar se isso continuaria conveniente tendo em vista os honorários do advogado, que não serão diluídos como ocorre na ação coletiva. Considere que quem perde arca com os custos do processo na Justiça Federal, a não ser que comprove renda mensal de até dez salários mínimos.

**4** Não aceite acordos com advogado que inclua cobranças antecipadas ou honorários acima de 30% sobre o valor requerido – a praxe é 20%. Desconfie se o cálculo do FGTS não for solicitado previamente.

---

**“Se o valor do expurgo for baixo, de até uns R\$ 8 mil, exija que o sindicato defenda você. Se for alto, vale uma ação individual, que tramita mais rapidamente.”**

Mário Avelino, presidente do Instituto FGTS Fácil.

la correção do FGTS já em outubro. A ideia foi do advogado que presta serviço ao Sindicato de Empregados da Saúde de Foz, do qual Arruda é diretor. Quatro membros do Sindsaúde tiveram decisão favorável; outros aguardam a sentença. “Aceitamos o risco sem saber se o Judiciário seria favorável ou não”, reconhece ele. Apesar de fe-

### DUAS QUESTÕES

Dúvidas comuns a respeito do FGTS:

**Posso pedir à Justiça para sacar o dinheiro, argumentando que é meu direito não deixá-lo se desvalorizar?**

Como a regras para saque de FGTS são claras, decisão favorável sobre o assunto é pouco provável. A lei 8.036 impede ações que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador – ou seja, em tese nem caberia à Justiça julgar o assunto.

**Se tive acesso à multa sobre o FGTS a partir de 1999, posso pedir revisão do que a empresa me pagou?**

Sim, o caso pode ser levado à Justiça. Se ficar entendido que a correção aplicada pela Caixa estava errada, a base de cálculo usada para compor a multa foi inferior ao devido – mesmo que o empregador tenha sido induzido ao erro. A princípio, a ação pode esperar ou não a dúvida sobre a correção ser resolvida pela Justiça. O prazo para prescrição seria de dois anos a contar do trânsito em julgado do processo para reconhecer o direito à correção.

liz com a rapidez da sentença, Arruda não tem certeza sobre o valor pleiteado. “Mas deve ser significativo, considerando que trabalho desde 1998.” O advogado Jean Carlos Canesso diz que optou por ações individuais após avaliar que sindicatos estavam obtendo maus resultados com ações coletivas.

26 JAN 2014

# »ISTOÉ GAZETA DO POVO

## Revista denuncia pagamento de propina no Paraná

José Marcos Lopes

A revista *IstoÉ* publicou neste fim de semana uma matéria em que uma empresária de Minas Gerais acusa o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Pepe Richa, e o secretário do Escritório de Representação do estado em Brasília, Amaury Escudero, de receberem propina para intermediarem uma negociação com a Renault. A denúncia foi feita à revista pela empresária Ana Cristina Aquino, proprietária da AG Log Transportes, com sede em Betim (MG).

A AG Log vem sendo investigada pela Polícia Federal (PF), sob suspeita de lavar dinheiro no esquema de pagamentos de propina no Ministério do Trabalho, que levou à renúncia do ex-ministro Carlos Lupi em 2011. A investigação levou à prisão de 22 pessoas dentro da operação Esopo, em setembro do ano passado. A PF suspeita que o esquema envolva pelo menos R\$ 500 milhões.

Segundo Ana Cristina, seu encontro com Escudero foi intermediado por João Alberto Graça, assessor do Ministério do Trabalho, ex-assessor de Lupi e superintendente regional do Trabalho no Paraná entre outubro de 2007 e julho de 2009. O esquema envolveria a abertura de uma filial da AG Log em Curitiba, para prestação de serviços para a Renault, que ampliou sua fábrica em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, no ano passado.

A empresária disse à revista que o governo do Paraná usaria as isenções fiscais dadas à Renault para pressionar a montadora a contratar os serviços de transporte da AG Log. Em troca, João Alberto Graça teria 20% de participação na empresa. Graça ficaria com 10% do valor dos contratos com a Renault e outros 10% ficariam com Escudero. Ana Cristina Aquino disse ainda que pagou propina de R\$ 500 mil a Pepe Richa, que é irmão do governador Beto Richa. O dinheiro teria sido entregue por uma lobista chamada Suzana Leite. A revista reproduz uma página que seria do diário da empresária, com a anotação do valor pago a Pepe Richa.

Em outra matéria, publicada em novembro de 2013, a *IstoÉ* mostrou a cópia de um documento da Junta Comercial do Paraná em que consta que a AGX Log Transportes (filial paranaense da AG Log) funcionava na Rua Roberto Barrozo, em Curitiba. No documento, aparecem como sócios João Graça, que tinha 20% do capital da empresa, e Ednaldo Clemente da Silva Junior, filho de Ana Cristina Aquino. O contrato com a Renault não teria sido fechado, o que teria gerado prejuízos para a AG Log. A empresa teria investido em uma frota de caminhões para prestar serviços à multinacional.

À revista, Amaury Escudero negou as acusações e disse que não participou de nenhuma reunião com Ana Cristina. A reportagem da *Gazeta do Povo* tentou contato

Escudero na manhã deste sábado, mas ele estava com o telefone celular desligado. Pepe

Richa, que também negou as acusações à revista, não atendeu o celular para comentar o assunto. Por meio de sua assessoria, o governo do Paraná informou que não se posicionaria sobre a denúncia neste sábado. A reportagem tentou ainda contato com a AG Log em Betim, mas ninguém atendeu o telefone informado no site da empresa. A assessoria da Renault, em São Paulo, também não atendeu as ligações.

### DENUNCIANTE

Ana Cristina Aquino é uma figura polêmica. Ela fundou a AG Log, em Betim (MG) em 2010 e desde então vem se envolvendo em denúncias e investigações. A Polícia Federal suspeita que a empresa foi usada para lavar dinheiro de propinas pagas por ongs a integrantes do Ministério do Trabalho. O caso levou à queda do ministro Carlos Lupi. Entre junho de 2012 e junho de 2013, a AG Log declarou faturamento de R\$ 102,4 milhões.

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## » SISTEMA CARCERÁRIO

### Projeto de lei para presídios gera polêmica

BRASÍLIA

Agência O Globo

Parado na Câmara há quatro anos, um projeto de lei derivado da CPI do Sistema Carcerário cria o Estatuto Penitenciário Nacional, com modelos de prisões que, se saírem do papel, vão transformar a realidade das penitenciárias do país.

O estatuto, com 119 artigos, prevê, entre outras medidas, banho com temperatura adequada ao clima; artigos de higiene como creme hidratante, xampu, condicionador, desodorante, absorvente, barbeador e creme dental; salão de beleza para as presas; e equipamentos para atividade física. Diz ainda que, para cada grupo de 400 presos, serão obrigatórios: cinco médicos, sendo um psiquiatra e um oftalmologista; seis técnicos de higiene mental e nutricionistas.

A proposta ainda cria tipos de crime para o agente penitenciário que não tratar o preso da maneira prevista no texto. Quem, por exemplo, negar ao preso xampu, creme hidratante e condicionador pode pegar de 3 a 6 anos de reclusão. O estatuto endurece com o agente que também alojar o preso em local superlotado e com quem manter o preso provisoriamente

em delegacia de Polícia Civil, Federal ou na superintendência da Polícia Federal após o flagrante. Nesses casos, as penas de prisão também variam de 3 a 6 anos.

O cientista político Alexandre Pereira da Rocha, da Universidade de Brasília (UnB), diz que a criação do Estatuto do Penitenciário é positiva ao tentar instituir regras de alcance nacional. Para ele, não há excessos nas medidas previstas no projeto. Rocha entende, porém, que só aprovar uma lei nacional sobre o assunto não basta. Ele cita o exemplo da Lei de Execução Penal, que, no seu entendimento, não pegou.

“Nós temos um entendimento de que a lei é uma solução. Mas a lei é uma norma que, se não tiver implementação, regulamentações posteriores, acaba não servindo para nada. Fica uma legalidade inútil. A Lei de Execução Penal é basicamente isso”, afirma Rocha.

Um dos principais opositores do projeto, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) chegou a ser indicado por seu partido para integrar a comissão especial que analisaria o texto, que só não foi criada porque os demais partidos não indicaram representantes. Bolsonaro diz que a relação médico/detento prevista na proposta, de 12,5 médicos para cada 1.000 presos, é maior que a registrada em diversos países. “Esse projeto é uma aberração. É um tapa na cara da população ordeira e trabalhadora.”

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Coluna do leitor

### Depósitos judiciais

Fico imaginando como deve ser o gerenciamento e a administração das contas públicas do governo. Como alguém retira algo de alguém e diz não ter conhecimento? Agora fica no empurra-empurra de achar culpados pelos saques. A situação financeira precária no caixa do estado não vem de hoje. Mais que parcimônia, falta competência administrativa e gerenciamento técnico.

Marcelo Rebinski, historiador

Em alta



### MP no Sudoeste

Promotorias do Ministério Público (MP) de 14 cidades do Sudoeste do Paraná deram prazo até fim de janeiro para as prefeituras adequarem seus quadros de funcionários e eliminarem irregularidades como nepotismo e excesso de comissionados.

Em baixa



### Governo do Paraná

Após denúncias de advogados, o governador Beto Richa (PSDB) admitiu que foram feitos saques irregulares de depósitos judiciais que eram de terceiros. Segundo o governo, o dinheiro foi devolvido aos seus donos.

### Aulas para concurso do TJ

Em mais uma parceria com o Curso Luiz Carlos, o caderno Justiça & Direito irá oferecer a seus leitores aulas com dicas para o concurso de técnico do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A cada sexta-feira um novo vídeo será publicado. [www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito)

Elio Gaspari

### Barbosa deu uma aula imprópria

No dia 2 de janeiro, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, decidiu a prisão do mensaleiro João Paulo Cunha, não assinou o necessário mandado e saiu de férias pouco depois. Tratava-se de autografar um despacho relacionado com um processo que relatara e os recursos que negara.

De Paris, ele condenou os colegas Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que o substituíram: "Eu, se estivesse como substituto, jamais hesitaria em tomar essa decisão". Tudo bem, mas esteve, como titular, e não assinou.

Barbosa diz que a ministra Cármen Lúcia não discutiu com ele qualquer problema: "Ela não me telefonou. Não falou comigo". Um curioso ouviu de Cármen Lúcia, numa conversa casual, anterior a essa declaração de Barbosa, que ela lhe telefonou no dia 3, falou e perguntou se o doutor deixaria alguma questão relevante sobre a mesa. Ele disse que não.

26 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## JUSTIÇA

### Liminar proíbe rolezinhos em shopping de Niterói

A Justiça do Rio concedeu liminar que, na prática, proíbe o "rolezinho" previsto para este fim de semana no shopping Plaza Niterói, na região metropolitana do Rio. A decisão, da última semana, determina que os participantes do "2º Rolezinho do Plaza: acabou o amor, o teu shopping vai virar favela" se abstenham de práticas desordeiras na área interna, externa, estacionamento e entornos do shopping sob

pena de multa de R\$ 10 mil para cada manifestante identificado. A liminar proíbe ainda "qualquer ameaça à segurança dos frequentadores e funcionários e às lojas" como tumultos, algazarras, correrias, arrastões, delitos e brigas "Frise-se que não se pretende impedir o direito de manifestação, mas apenas que este seja exercido dentro dos limites constitucionais e em conjunto com os demais direitos, também constitucionais, envolvidos", escreveu a juíza Daniela Ferro Affonso Rodrigues Alves, da 10ª Câmara Civil de Niterói, em sua decisão.

## TRANSPARÊNCIA

### Acesso a portal que disponibiliza dados públicos cresce 90%

O Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>), que disponibiliza informações públicas variadas, como indicadores de educação e gastos governamentais, recebeu cerca de 210 mil acessos em 2013. O número foi divulgado na sexta-feira pelo Ministério do Planejamento, que gerencia a página. De acordo com o órgão, as visitas superaram em 90% as registradas em 2012. De acordo com o ministério, o conjun-

to de dados mais acessado foi o Portal de Convênios do Governo Federal (Siconv), que mostra as transferências voluntárias da União para estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos. As informações desse sistema específico foram baixadas 49.502 vezes em 2013. Os dados relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ficaram em segundo lugar, com cerca de 22 mil acessos. Em terceiro, veio a malha geométrica dos municípios brasileiros, mapa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 15 mil visitas.

## DENÚNCIA

### Coari terá programa para prevenção da violência sexual

A cidade de Coari (AM) vai contar com ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O município foi incluído no Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, do governo federal, após denúncias sobre uma rede de exploração sexual envolvendo autoridades locais. De acordo com a secretária nacional de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Angélica Moura Goulart, Coari foi incluída no programa depois que uma CPI da Câmara dos Deputados, que investiga o assunto, esteve na cidade, no segundo semestre de 2013, para tratar de denúncias envolvendo o prefeito Adail Pinheiro (PRP).

27 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

» DENÚNCIA

## Pepe Richa e Escudero irão à Justiça contra empresária

José Marcos Lopes

O secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Pepe Richa, e o representante do escritório do governo do estado em Brasília, Amauri Escudero, reagiram à denúncia da empresária Ana Cristina Aquino, publicada neste fim de semana pela revista *IstoÉ*. Em nota, ambos afirmaram que processarão a revista e a denunciante. Pepe Richa disse temer que “interesses políticos e eleitores” tenham motivado a publicação da reportagem.

À *IstoÉ*, Ana Cristina disse ter registrado em cartório a denúncia de que integrantes do governo do Paraná pressionaram a montadora Renault a assinar um contrato com a filial de sua transportadora, a AG Log, em Curitiba. Segundo ela, parte do valor do contrato ficaria com os intermediadores. A empresária mineira afirmou ainda que pagou uma propina de R\$ 500 mil a Pepe Richa, que é irmão do governador Beto Richa (PSDB). Ana Cristina, que é investigada por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, não apresentou provas à revista.

“Todas as alusões ao meu nome na matéria da revista *IstoÉ* não têm fundamento. São inverdades absurdas. A própria ideia de que eu poderia ter ingerência nos negócios da Renault é de uma impropriedade que expõe ao ridículo quem a formula”, afirmou Pepe Richa na nota. “Ingresso com processos judiciais contra quem apresentou a denúncia e contra quem a publica”, diz a nota. “Peço investigação policial para apurar as responsabilidades sobre a denúncia e sobre os interesses que possam orientá-la. Também sobre a possibilidade de uso indevido de meu nome em negociações escusas. Temo que interesses políticos eleitores estejam envolvidos.”

### Escudero

Amauri Escudero também disse que vai processar a empresária e a revista *IstoÉ*. “Nenhuma informação publicada pela revista *IstoÉ* é verdade. Processarei a revista e a falsa denunciante”, afirmou por meio de nota.

# 27 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

**Reinaldo  
Bessa**

### Ruy aprovaria

O novo ocupante da cadeira número 10 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, que tem Ruy Barbosa como patrono, é o paranaense Luiz Edson Fachin. A posse do jurista, professor e advogado será em 18 de março, no salão nobre do Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro. Fachin, nome com expressão internacional, que mais de uma vez foi cotado para o Supremo Tribunal Federal, recebeu o comunicado da eleição para a Academia em carta assinada pelo presidente da entidade, Francisco Amaral – onde ele ressalta o "significativo acolhimento" do novo membro entre seus pares.

• • •

O presidente da OAB Paraná, Juliano Breda, também felicitou Fachin pela honraria.

### Cartórios

**Coluna  
do leitor**

São R\$ 43 milhões extorquidos da sociedade a cada mês. Cartórios não contribuem nem com um grama para o progresso. Ao contrário, tratam-nos como otários com seus altíssimos custos, fazem-nos perder tempo nas filas, e ainda somos mal atendidos. Isso tudo com a complacência de nossos legisladores, que não percebem a inutilidade do serviço.

Marciano Juliano Rubel

## ANDRÉ GONÇALVES

### Sem resposta

O Supremo Tribunal Federal (STF) não se manifestou até a última sexta-feira sobre a ação cautelar movida pela Procuradoria-Geral do Paraná para liberar empréstimo de R\$ 817 milhões negociado pelo estado com o Banco do Brasil. O processo tramita desde 6 de novembro.

27 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

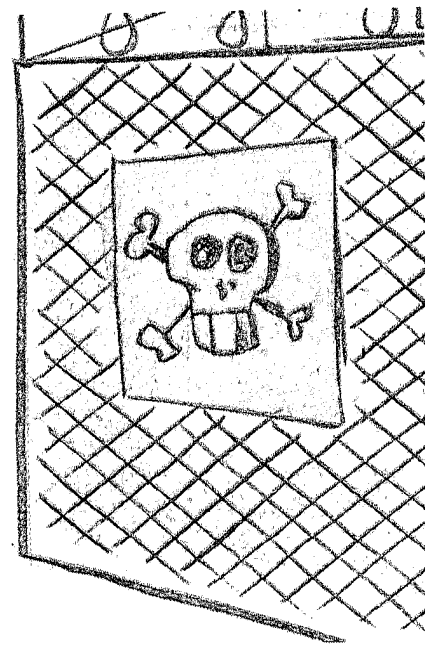
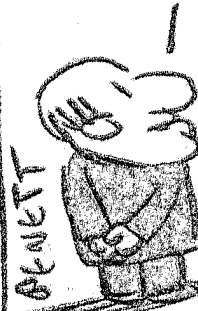
BENETT

**DONOS  
DE SHOPPING**

A IDEIA É  
CONSTRUIR  
ÁREAS DE LAZER  
PARA ESSAS  
PESSOAS NAS  
PERIFERIAS.



E DEPOIS  
BOTAR UMA  
CERCA ELÉTRICA  
EM VOLTA...





24 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### **Governo do PR saca dinheiro de contas judiciais, diz OAB**

**DE CURITIBA** - Em dificuldades financeiras, o governo de Beto Richa (PSDB) no Paraná sacou dinheiro irregularmente de contas judiciais para abastecer o caixa estadual, segundo a OAB do Paraná. Ainda não se sabe qual o montante e quantas contas foram atingidas.

Essas contas abrigam valores depositados em juízo, que ficam parados até que haja decisão final da Justiça.

Advogados relataram à OAB que clientes que venceram ações neste mês tentaram sacar o dinheiro, mas se depararam com saldo zero.

O governo diz que está checando os dados das contas e irá devolver todo o dinheiro sacado indevidamente.

# FOLHA DE S. PAULO

## Festa de filho em prostíbulo leva mães à prisão no PR

Crianças eram filhas de  
garotas de programa

NATÁLIA CANCIAN  
DE SÃO PAULO

24 JAN 2014

Quatro garotas de programa foram presas depois de fazerem uma festa de aniversário para o filho de uma delas numa casa de prostituição em Castro, interior do Paraná.

Elas devem responder à acusação de favorecimento à prostituição e de expor menores a situações de risco, de acordo com a Polícia Civil.

Outras duas crianças estavam na festa, além de clientes das mulheres. Três homens, dentre os quais o dono de outro estabelecimento na região, também foram presos.

Segundo a polícia, as crianças —de 1 a 3 anos— eram filhas das garotas de programa e todas moravam no local.

A casa, de acordo com o delegado Mário Sérgio Bradock, era decorada com quadros e fotos de mulheres nuas.

A situação foi flagrada na terça após denúncia anônima de que adolescentes trabalhavam em casas de prostituição na região. Duas jovens, de 15 e de 17 anos, foram encontradas em outra casa. De acordo com a polícia, testemunhas disseram que a mais nova morava no local.

Após o flagrante, a polícia chamou o Conselho Tutelar. As crianças e as duas adolescentes foram encaminhadas aos cuidados de parentes.

Segundo a conselheira Rocio Ortiz, as crianças viviam em um espaço no andar inferior. “Era um local que deveria ser proibido para crianças. Também havia uma situação totalmente precária de higiene. Entendemos que elas estavam em situação de risco.”

As quatro garotas continuavam presas até ontem.

24 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Lewandowski libera inquérito paralelo para 8 investigados

DE BRASÍLIA - O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, atendeu a um pedido de oito investigados do inquérito 2.747, que surgiu como desdobramento do processo do mensalão, e permitiu que eles tenham acesso aos autos.

Entre os investigados estão o ex-diretor do BB Henrique Pizzolato, que está foragido, e o banqueiro Daniel Dantas. O inquérito começou a tramitar no STF em março de 2007, após o Ministério Público apresentar a denúncia do mensalão.

À época, o procurador-geral Antonio Fernando de Souza defendeu que essas investigações fossem anexadas a um inquérito diferente para evitar confusões com o mensalão.

24 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# “Rolezinho” sem moral

A desaprovação se dá sem ambiguidades: 82% dos paulistanos, segundo pesquisa Datafolha, condenam a realização de “rolezinhos” nos shoppings da cidade. A opinião se dissemina, com algumas variações, por todos os estratos de idade, escolaridade e renda.

O maior índice de tolerância aos encontros de jovens moradores da periferia em centros comerciais localiza-se, como é natural, na faixa dos 16 aos 24 anos. Mas, mesmo aí, é de 70% a rejeição ao fenômeno, cujos objetivos, para a vasta maioria dos entrevistados, resumem-se a provocar tumulto.

Por outro lado, é ampla a concordância dos paulistanos (73%) com a tese de que os shopping centers não têm o direito de escolher seus frequentadores.

Embora privados, os centros comerciais têm acesso público, e seria óbvio sintoma de preconceito se berrassem a entrada de adolescentes pelos sinais aparentes de pobreza ou pela cor da pele. Como os “rolezinhos” ocorrem, em geral, na própria periferia, a hipótese não se coloca com clareza.

Sendo assim, a maioria dos entrevistados parece manter visão antidiscriminatória e, por assim dizer, republicana quanto ao uso do espaço público. Ao mesmo tempo,

aprova-se a reação dos shoppings no sentido de pedirem liminares à Justiça contra reuniões desse tipo.

Talvez se possa concluir que o paulistano se expressa conforme dois prismas associados, mas diferentes, de sua identidade.

Como consumidor, seu interesse é realizar compras e passeios num clima alheio ao tumulto, à pândega, à bambochata. Como cidadão, não ignora o direito de seus iguais —ou diferentes— de frequentar lugares públicos, sem discriminações.

Foi amplamente majoritário, como se sabe, o apoio da população às manifestações de junho —ainda que, com bons motivos, tenha sido reprovado o vandalismo que as acompanhou em certas ocasiões.

Na maioria dos casos, os “rolezinhos” não foram nem uma coisa nem outra; sua intenção política e seu potencial destrutivo parecem mais imaginários que reais.

Reprova-se, quem sabe, apenas o que são em si mesmos: sinais de vitalidade ou de bagunça, de exibicionismo festivo ou de desrespeito, a depender do grau de incômodo ou de insegurança que gerem. Nada mais grave que isso —a não ser que, por paranoia ou exaltação ideológica, se decida maximizar a dimensão de todo o rolo.

25 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

**R\$365 MIL**

### **Governo do Paraná reconhece que fez saques indevidos**

DE CURITIBA - O governo do Paraná reconheceu ontem que fez saques indevidos de contas judiciais e devolveu R\$ 365 mil ao Judiciário. Os valores haviam sido transferidos em favor do Estado devido a uma lei que permite que o governo use até 70% dos depósitos judiciais de natureza tributária. Mas algumas das contas incluídas na transferência eram de causas não-tributárias ou privadas.

# FOLHA DE S. PAULO

## Transmissão de sessões do STF afeta julgamentos, diz Barbosa

Em Paris, ministro critica também cobertura jornalística da corte

GRACILIANO ROCHA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

Em uma conferência para cerca de 200 juristas e acadêmicos em Paris, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, disse que a superexposição nas transmissões ao vivo contamina os julgamentos da corte.

No discurso, em francês, afirmou que a lei que criou a TV Justiça foi “imperativo democrático” e que as transmissões reforçam a transparência. Mas, em seguida, citou “brechas”: favorecer a falta de objetividade dos magistrados e dificultar a deliberação baseada no diálogo entre eles.

A conferência de Barbosa, em colóquio no Conselho Constitucional (equivalente francês do STF), foi sobre a influência da publicidade sobre a racionalidade das decisões.

No seu diagnóstico, ele expressou incômodo com o tom da cobertura jornalística.

Para Barbosa, a imprensa brasileira privilegia a cobertura das relações entre os ministros em detrimento das decisões. “Se a transparência é democraticamente desejável e essencial, é necessário combinar com decência e moderação”, disse. “A decência dos jornalistas de se concentrar nas questões jurídicas e não nas questões pessoais. E a moderação dos ministros para que o colegiado triunfe sobre a individualidade.”

Após a conferência, Barbosa disse a jornalistas que o advogado do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) cometeu “grosseira preconceituosa” ao acusá-lo de estar dando um “rolezinho em Paris”.

Em entrevista ao jornal “O Globo”, Alberto Toron criticou o ministro por ter viajado sem ter assinado o mandado de prisão do petista.

25 JAN 2014

### Justiça autoriza trabalho externo a Queiroz e Tolentino

DE SÃO PAULO - Condenado no mensalão a seis anos e meio de prisão no regime semiaberto por corrupção e lavagem de dinheiro, o ex-deputado federal Romeu Queiroz (PTB-MG), começou anteontem a trabalhar em sua própria empresa, a RQ Participações S/A.

Com salário de R\$ 4.000 e jornada de 44 horas semanais, Queiroz atua como gerente administrativo e financeiro.

Também condenado no mensalão a seis anos e dois meses de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção, o advogado Rogério Tolentino, ex-sócio de Marcos Valério, obteve na quarta-feira autorização para trabalhar fora da prisão.

25 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Juiz ordena nova apuração sobre telefonema de Dirceu

### Decisão aponta que suposto uso de celular por petista não foi investigado

**Análise de pedidos de benefícios feitos por ex-ministro está suspensa até investigação ser refeita na Papuda**

A Justiça pediu à Secretaria de Segurança do Distrito Federal e ao Complexo Penitenciário da Papuda que refaçam a investigação sobre suposto uso de telefone celular por José Dirceu (PT) no presídio. Até lá, estão suspensas as análises de benefícios pedidos pelo ex-ministro.

A apuração fora ordenada após James Correia, Secretário da Indústria da Bahia — Estado governado pelo PT—, dizer na semana passada ter conversado com o petista no último dia 6 pelo celular de um amigo em comum que visitava o ex-ministro. Dirceu está preso desde novembro.

Segundo a Vara de Execuções Penais (VEP), a Secretaria de Segurança —subordinada ao governador petista Agnelo Queiroz— arquivou a investigação no dia 22 de janeiro sem obedecer a nenhuma das determinações feitas pelo juiz cinco dias antes.

A investigação concluiu que “tem o fato [uso do celular por Dirceu] por inverídico e arquiva o presente caso, salvo a ocorrência de fato novo

que justifique novas diligências”. A Justiça recebeu a conclusão com um relatório de inteligência do presídio e a cópia de uma nota oficial do governo da Bahia.

O juiz Mário José de Assis Pegado diz, em sua decisão, que a investigação não realizou “oitiva do interno, nem o atendimento de qualquer das diligências já determinadas [...], quando requisitada a instauração de inquérito”.

Além de Dirceu, deveriam ser ouvidos na investigação, segundo o juiz, o servidor responsável pela vigilância dele no dia 6 e os responsáveis pelo ingresso de visitas.

Assis Pegado reafirma que estão suspensas análises de eventuais benefícios externos, como o pedido de trabalho fora do complexo feito por Dirceu, até a conclusão da investigação em 30 dias.

Procurada ontem à tarde, a Secretaria de Segurança do DF, não se manifestou até a conclusão desta edição.

Segundo a Lei de Execuções Penais, o uso de telefone em presídio “que permita comunicação com outros presos ou com o ambiente externo” é falta grave e pode causar suspensão ou restrição de

direitos, isolamento na própria cela e inclusão no regime disciplinar diferenciado.

O advogado de Dirceu, José Luis Oliveira Lima, negou à época que o petista tenha usado celular na Papuda.

Dirceu já cumpre pena de 7 anos e 11 meses por corrupção, em regime semiaberto, e aguarda julgamento de recurso pelo STF sobre condenação por formação de quadrilha. (MATHEUS LEITÃO)

25 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO Governadora é mantida no cargo no RN pelo TSE

**Afastamento imediato de Rosalba Ciarlini  
havia sido determinado por TRE na quinta**

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Marco Aurélio Mello, manteve no cargo a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM).

O ministro concedeu, ontem, liminar em mandado de segurança contra decisão do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do RN que determinava o afastamento de Rosalba e a tornava inelegível por oito anos por suposta prática de abuso de poder nas eleições municipais de 2012.

A decisão do TRE-RN se deu em ação contra Rosalba e a prefeita afastada de Mossoró, Cláudia Regina (DEM), por suposto uso "com fins eleitoreiros" de máquinas para perfuração de um poço em uma comunidade carente a poucos dias do pleito de 2012.

Em sua defesa no TSE, Rosalba argumentou que não era candidata em 2010.

A decisão do TSE motivou o cancelamento da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa potiguar, que empossaria o vice Robinson Faria (PSD) como governador na manhã de hoje.

Em dezembro, o TRE-RN já havia determinado o afastamento de Rosalba em outra ação, sobre o uso do avião do governo em viagens a Mossoró durante a campanha de 2012. A governadora também foi mantida no cargo por decisão do TSE. (DANILO SÁ)



25 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Foi acertada a adoção de eleições diretas no país?

NÃO

## O sistema parlamentar de governo

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Com a adoção das eleições diretas, quando da redemocratização, o país avançou, se comparado ao regime de exceção então vigente. Não adotou, todavia, o melhor sistema, o parlamentar, em que as eleições para chefe de governo são sempre indiretas, podendo ou não ser diretas, para chefe de Estado.

O notável jusfilósofo Lijphart, no livro "Democracies", examinou, em 1984, quais os países que, após a Segunda Guerra Mundial, tinham permanecido sem ruptura institucional e encontrou apenas 20: 19 deles com regime parlamentar e um (Estados Unidos) com regime presidencial.

É o presidencialismo regime da "irresponsabilidade a prazo certo", enquanto o parlamentarismo, de "responsabilidade a prazo incerto".

Margaret Thatcher ficou 11 anos num governo parlamentar, tendo sido afastada, sem qualquer trauma, quando pretendeu aumentar a tributação. Nenhum presidente americano pode ficar por mais de oito anos no poder desde a era Roosevelt. Collor, num processo traumático, sofreu impeachment. Os golpes de 30, 45 e 64 no Brasil provam a instabilidade do sistema presidencial, fenômeno permanente em diversas nações latino-americanas.

No sistema parlamentar, as preferências do eleitor concentram-se num número limitado de agremia-

ções. Os partidos são de ideias e não de pessoas. Já no presidencialismo, são de pessoas, multiplicando-se, em um sem número. Prova disso é que, no país, temos "donos" de 32 partidos, como se fosse possível existirem 32 ideologias diferentes!!!

Quando se diz que o Brasil não pode adotar o parlamentarismo por não ter partidos políticos, respondo, à luz da experiência mundial, que o Brasil não tem partidos políticos porque não tem o parlamentarismo.

O presidencialismo é um sistema monárquico a prazo certo. Como o eleitor é chamado apenas para votar, sua influência sobre o escolhido é nenhuma. O eleito não tem preocupação maior em respeitar o eleitorado, senão poucos meses antes das novas eleições, para atraí-lo. Ele e seus amigos dirigem o país, à sua imagem e semelhança.

No parlamentarismo, não. Dependendo sempre do controle de um Parlamento, os partidos — que não são meras legendas, mas representantes de ideias — têm voz ativa, o cidadão controla o Parlamento e este o chefe do Executivo, com um supercontrole, nos períodos de crise, pelo chefe de Estado.

Os "estelionatos eleitorais", materializados em mudanças de legendas sem especial motivação, não ocorrem no parlamentarismo, a não ser em casos excepcionais, pois os

partidos representam linhas ideológicas bem definidas e as carreiras são construídas dentro deles.

O parlamentarismo gera a burocracia profissionalizada, no qual o chefe de governo procura cercar-se de pessoas competentes, escolhendo para as funções mais relevantes aqueles servidores concursados que mais se aproximem de suas ideias.

Assim, no caso de queda de um gabinete, o país passa a ser dirigido, temporariamente, por burocratas de carreira. Finalmente, embora os ministros exerçam cargos de confiança acordados entre os partidos, a competência é essencial para que o governo se mantenha.

Por essas razões, as eleições indiretas em um regime parlamentar trariam mais avanço à democracia, por fortalecerem os partidos. A descrença do povo brasileiro no homem público e na política decorre do sistema presidencial, que não facilita uma participação maior do cidadão na condução dos negócios públicos.

Desde os bancos acadêmicos, sou parlamentarista, tendo presidido, de 1962 a 1964, o diretório metropolitano do Partido Libertador, em São Paulo, único a defender, à época, a forma parlamentar de governo.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 78, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

CONTINUA

25 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SIM

## Presidencialismo requer eleições diretas

CLÁUDIO GONÇALVES COUTO

São dois os experimentos democráticos no Brasil em toda a história. O primeiro entre o fim da ditadura Vargas, em 1945, e o golpe militar de 1964. O segundo, a partir de 1985, com a eleição de um civil para a Presidência da República — embora critérios mais exigentes possam datar seu início em 1989, com as primeiras eleições presidenciais diretas em quase 30 anos.

A dúvida quanto à data exata de inauguração do último período se deve à centralidade da eleição direta do chefe do Executivo na legitimação democrática do presidencialismo. No parlamentarismo, a legitimidade democrática se concentra na eleição legislativa (direta em qualquer democracia atual), recaindo sobre o Parlamento a escolha do chefe de governo — o primeiro-ministro. O eleitor sabe que é o seu voto para o Legislativo que definirá todo o jogo a partir daí, ou seja, tanto a composição do Parlamento como a escolha do chefe do Executivo e, conseqüentemente, a relação que os dois Poderes deverão estabelecer.

Assim, se adotássemos o parlamentarismo não adviria da escolha indireta do chefe de governo nenhum prejuízo à democracia. Porém, é extemporâneo discutir o parlamentarismo para o Brasil após duas fragorosas derrotas dessa alternativa em plebiscitos e a conso-

lidação do presidencialismo.

Num presidencialismo, as eleições que definem a composição do Legislativo e da chefia do Executivo ocorrem separadamente, mesmo que simultaneamente. Da mesma forma que se vota para escolher parlamentares, vota-se para definir quem liderará o governo.

Conseqüentemente, os dois Poderes podem igualmente invocar de forma legítima o status de representantes do povo — cada um com competências próprias, embora influido no outro pelos freios e contrapesos ao exercício do poder.

Logo, faz pouco sentido o voto indireto para qualquer um dos Poderes. Um corpo intermediário que pudesse alterar a vontade do povo, introduzindo na escolha eleitoral critérios que não sejam propriamente democráticos, apenas se justificaria caso se desconfiasse da capacidade do povo para eleger representantes. Assim, sua escolha inicial seria corrigida por eleitores de segundo grau, mais esclarecidos do que o povo e, portanto, incumbidos de decidir em seu lugar.

Nos Estados Unidos, as eleições presidenciais são indiretas. Isso se deve a uma Constituição datada do final do século 18 e orientada por temores quanto à irracionalidade da vontade popular. Tal Constituição visou atenuar os efeitos democráti-

cos da expressão das preferências majoritárias com remédios republicanos e contemplando uma legitimidade federativa — distinta da democrática. Daí o Colégio Eleitoral, que por vezes contempla maiorias estaduais, em vez de populacionais.

Por fim, há uma razão histórica para a adoção de eleições diretas no Brasil. Historicamente, o principal movimento de massas em prol da democracia foram os comícios das Diretas-Já. Com isso, no imaginário político nacional, a ideia de democracia associou-se fortemente às eleições presidenciais diretas. Foi por isso que, em 1985, mesmo a eleição de um civil apoiado pela oposição carecesse de legitimidade democrática mais efetiva. Percebia-se o eleito como ali chegando mediante um procedimento espúrio, explicitamente rejeitado pela sociedade.

Assim, manter indiretas as eleições presidenciais na nova democracia que se fundava solaparia de saída a legitimidade do regime aos olhos da população. Nada poderia ser pior para a consolidação democrática em nosso país. Os constituintes de 1988 não apenas acertaram; fizeram o óbvio.

CLÁUDIO GONÇALVES COUTO, 44, cientista político, é professor dos cursos de administração pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

26 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Empresária diz ter pago R\$ 200 mil a Lupi

À "IstoÉ", Ana Cristina Aquino afirma que ele recebeu propina para liberar sindicato

Presidente do Solidariada e dirigente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva disse ontem que o líder de seu partido na Câmara fará uma representação na Comissão de Fiscalização e Controle para que o ministro do Trabalho, Manoel Dias (PDT), se explique sobre denúncias publicadas pela revista "IstoÉ" desta semana.

A empresária mineira Ana Cristina Aquino, dona de duas transportadoras, afirmou à revista ter entregue R\$ 200 mil ao ex-ministro e presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, para que ele viabilizasse a criação de um sindicato. Segundo a revista, Manoel Dias também faria parte do esquema.

"Nosso partido vai entrar com uma representação para que o ministro possa explicar. É uma denúncia muito grave, já que uma pessoa diz que deu dinheiro diretamente ao ex-ministro", disse Paulinho.

À "IstoÉ", Aquino afirmou: "Levei R\$ 200 mil para ele. Carregando uma bolsa nas costas, fui direto para o gabinete dele. Segurando uma mochilinha da Louis Vuitton."

Procurado, o Ministério do Trabalho não se pronunciou.

À Folha, Lupi negou as acusações da empresária e disse que pretende mover uma ação criminal contra Aquino na próxima semana.

"Isso tudo não existe, nunca existiu. Eu não vou polemizar com quem não merece. Vou entrar com uma ação, só isso", disse o ex-ministro.

### PARANÁ

Segundo a revista, Aquino também disse ter pago R\$ 500 mil a Pepe Richa, secretário de Logística e irmão do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB). O objetivo seria abrir uma filial da empresa dela no Paraná para fechar um contrato na área de Transportes.

A assessoria do governo do Paraná informou que a gestão só se manifestará após analisar as denúncias da empresária, o que deverá ocorrer amanhã. Ana Cristina Aquino não foi localizada pela reportagem.

### O QUE ELE DISSE

**JOAQUIM BARBOSA**

*Eu não sou candidato, não estou preocupado com isso. Aliás,*

**ESTOU ME**

**DIVERTINDO** com isso

presidente do STF, negando novamente candidatura à presidência diretamente de Paris

# Lei contra corrupção vai vigorar sem regra estadual

26 JAN 2014

do processo administrativo punitivo e também o procedimento para celebração de acordo de leniência”, disse.

## PREPARAÇÃO

Segundo consultores ouvidos pela **Folha**, as empresas ainda não estão prontas para lidar com as novas regras.

Para José Compagno, sócio-líder da área de investigação de fraudes da consultoria EY, o prazo de adaptação de 180 dias é muito exíguo.

Ele diz ainda que o cumprimento da lei dependerá dos órgãos fiscalizadores. “Há uma expectativa, um pensamento das empresas de que o ‘enforcement’, de que a aplicação da lei também vai demorar um pouco porque existe a percepção de que as autoridades também não estão preparadas”, afirmou.

Mas, segundo Hage, a CGU está pronta para atender aos procedimentos da lei.

“A nossa única deficiência é a do quadro de pessoal. Agora mesmo, nós esperávamos receber mais 125 analistas. E desses 125, só recebemos autorização do [Ministério do] Planejamento para contratar 40”, disse.

“Se aparecerem casos emblemáticos, a tendência de que você tenha outras ondas de implementação é bastante grande. Se o mercado perceber que a legislação não vai pegar, vai gerar uma acomodação”, afirmou Compagno.

Para o presidente da FTI Consulting Brasil, Eduardo Sampaio, as multinacionais, por estarem sujeitas a leis anticorrupção de outros países, têm uma preparação melhor para enfrentar a nova situação, mas ainda terão que se adaptar à norma brasileira.

Um dos maiores diferenciais da nova lei é a possibilidade de impor multas severas na esfera administrativa às empresas corruptoras. Já na parte de responsabilização judicial, as pessoas jurídicas podem até ser dissolvidas compulsoriamente.

## Maioria dos Estados irá esperar a regulamentação federal, diz CGU

**Norma sancionada por Dilma em agosto passa a valer nesta semana e prevê multas pesadas a empresas corruptoras**

DAVID LUCENA  
DE SÃO PAULO

A Lei Anticorrupção sancionada em agosto do ano passado pela presidente Dilma Rousseff deve entrar em vigor nesta semana sem que tenha sido regulamentada na esfera estadual.

Isso porque a CGU (Controladoria-Geral da União) ainda não regulamentou a norma no âmbito federal, e a expectativa é que os Estados usem o decreto como referência para as normas regionais.

O ministro Jorge Hage, da CGU, diz esperar que a regulamentação seja publicada até o dia 29, quando a nova legislação passa a valer.

Ele disse que o processo está na fase final de discussão com os outros órgãos do Poder Executivo, para então ser levado à presidente Dilma.

“Os Estados têm autonomia, pelo sistema federativo brasileiro. Mas a nossa expectativa é que os Estados vão tomar como referência a regulamentação que estamos fazendo para o Executivo fede-

ral. Mais ou menos como aconteceu no caso da Lei de Acesso à Informação”, disse Hage à **Folha**.

Para o advogado Luiz Navarro, que tem atuado junto a empresas, o ideal é que as regulamentações estaduais sejam mesmo semelhantes à federal. Caso contrário, as empresas ficariam confusas.

Segundo especialistas ouvidos pela **Folha**, a falta de regulamentação não impedirá que a lei seja cumprida.

Entre os pontos que precisam ser regulamentos estão os critérios objetivos para definir o valor da multa, que, segundo a lei, pode variar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

Um dos atenuantes da pena seria o fato de a empresa ter uma estrutura de “compliance” (mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades). Mas quais mecanismos de “compliance” seriam considerados satisfatórios para de fato atenuar a pena é outra questão obscura.

Segundo Hage, esses são alguns dos pontos contemplados pela regulamentação. “Além disso, o decreto vai disciplinar o procedimento

27 JAN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Governo devolve R\$ 365 mil sacados de depósitos judiciais

### Executivo paranaense admitiu que errou nas operações

A secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, informou que valores sacados equivocadamente de contas judiciais não-tributárias no final do ano já foram devolvidos. Foram depositados R\$ 365 mil. O ressarcimento foi notificado ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná (OAB-PR), Juliano Breda, durante encontro realizado na sede da entidade.

A secretária entregou ofício a OAB com detalhes das operações. Ela relatou a identificação de 19 contas não-tributárias que tiveram o saldo transferido indevidamente, e destacou que o número representa 0,2% das 2.500 contas onde houve movimentação financeira. Jozélia ressaltou que se ou-



A secretária Jozélia entregou o relatório ao presidente da OAB

tras situações semelhantes forem apuradas o ressarcimento será imediato.

Para chegar ao valor das transferências realizadas, foi analisada uma lista-gem com 9 mil contas,

que totalizavam R\$ 650 milhões. Com a análise concluiu-se que 2,5 mil depósitos judiciais poderiam ser acessados pelo Estado. No entanto, algumas contas não foram

identificadas como de natureza não-tributária. “Foi um equívoco. Mesmo assim dentro ou abaixo da margem de erro esperada para tais procedimentos”, argumentou Jozélia.

ANP

27 JAN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Notas políticas

#### **Grandes arrecadações**

A soma da arrecadação mensal dos cartórios extrajudiciais paranaenses chega a pelo menos R\$ 43 milhões, valor superior à previsão das receitas orçamentárias por mês de 393 (98%) dos 399 municípios do Paraná. Na média por cartório, o faturamento é de R\$ 44,1 mil mensais. Já as serventias de Curitiba arrecadam em média R\$ 194 mil. Em todo Brasil, os cartórios arrecadam juntos R\$ 1 bilhão por mês – ou R\$ 75,6 mil por estabelecimento.

#### **Inclusão negada**

O Superior Tribunal de Justiça negou o pedido de liminar à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba que pedia a inclusão do Hospital Universitário Evangélico no Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná. O hospital ingressou com mandado de segurança, reivindicando a formalização do convênio com o estado do Paraná e a liberação de verba destinada ao Programa de Apoio. Segundo o Hospital Universitário, a instituição presta 1 milhão e 500 mil atendimentos por ano, sendo 90% desse total pertencente ao SUS.

#### **Erro de interpretação**

A juíza Vanessa Bassani, titular do 12º Juizado Especial Cível de Curitiba, negou que tenha liberado a venda de bebidas alcoólicas em todos os estádios brasileiros. De acordo com o advogado Henrique Cardoso, que processou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pedindo a liberação, havia uma decisão favorável à causa. A confusão em torno da sentença, diz ela, aconteceu devido a uma movimentação processual, que aparece na página do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

25 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

**Poderes.** Em palestra na França, presidente do STF afirma que tribunal ganhou mais relevância ao lidar com temas como a perda de mandato de parlamentares condenados no julgamento do mensalão e que 'mídiação' da Corte é consequência dessa nova relevância

# Barbosa diz que Supremo se tornou um dos 'principais atores políticos do Brasil'

**STF é um dos atores políticos do Brasil, diz Barbosa**

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, disse em palestra no Conselho Constitucional da França que a Corte "se transformou em um dos principais atores do sistema político brasileiro", relata o correspondente **Andrei Netto**. O magistrado destacou temas como a perda de mandato de parlamentares condenados. O tema da palestra era "A influência da publicidade das deliberações sobre a racionalidade das decisões da Corte Suprema".

**Andrei Netto**

CORRESPONDENTE / PARIS

No colóquio do qual foi um dos convidados de honra do Conselho Constitucional da França ontem de manhã, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, afirmou que a Corte "se transformou em um dos principais atores do sistema político brasileiro".

● **Papel**

"A Corte se transformou em um dos principais atores do sistema político brasileiro e sua forte mídiação tem a ver com a importância desse papel político, econômico e social"

**Joaquim Barbosa**

PRESIDENTE DO SUPREMO

A declaração foi feita em uma palestra na qual o magistrado destacou discussões recentes como a perda de mandatos de parlamentares condenados, uma das principais polêmicas do julgamento do mensalão em 2012.

O tema da palestra de Barbosa era "A influência da publicidade das deliberações sobre a racionalidade das decisões da Corte Suprema". O presidente do STF, então, fez um balanço da rotina da Corte após a implantação da TV Justiça, que transmite ao vivo as sessões mais relevantes. Tais transmissões ganharam destaque durante o julgamento do mensalão.

Na França, a cultura do judiciário é oposta, mais fechada. O conselho no qual Barbosa palestrou, inclusive, se limita a lidar com questões constitucionais. No Brasil, o Supremo também lida com questões criminais, como é o caso do mensalão.

**CONTINUA**

25 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

**Cenário.** Barbosa ressaltou a transparência e a democracia do Supremo e afirmou: “É logo sobre esse cenário que se desenrolam os últimos atos políticos, econômicos ou sociais”. Para exemplificar, citou quatro casos polêmicos sobre os quais o Supremo se pronunciou: a perda imediata de mandato de parlamentares condenados, a redistribuição dos royalties do petróleo entre os Estados, o poder de investigação do Ministério Público e a demarcação de terras indígenas.

“Mais do que uma simples jurisdição constitucional, a Corte se transformou por consequência em um dos principais atores do sistema político brasileiro e sua forte midiática tem mais a ver com a importância desse papel político, econômico e social”, disse o presidente do Supremo.

“É logo inexato, na minha visão, ver no caráter público das deliberações a causa de uma espécie de ‘Judiciário Espetáculo’ que teria por natureza comprometer o funcionamento das audiências da Corte, assim como o conteúdo de suas decisões.”

**Controle.** Para Barbosa, as transmissões pela TV são parte do “imperativo democrático” do STF. “O reforço da transparência no processo de decisão permite ao cidadão efetuar um controle mais eficaz sobre sua atividade.”

Barbosa reconheceu que desentendimentos entre ministros vêm a público, mas minimizou os choques. “Às vezes há discussões bem duras, ácidas, mas eu quero assegurá-los de que esse tipo de caso se produz raramente e o desenrolar da Corte acontece em verdadeiro consenso, que resulta em decisões formuladas de formas relativamente curtas e coerentes.”

O ministro disse, entretanto, que a Corte se tornou “vítima do próprio sucesso” e aproveitou ainda para criticar o trabalho da imprensa. “Eu diria que a imprensa ainda não reporta a essência das decisões. Ela fica no anedótico, nas alfinetadas, em algumas frases”, disse ele.

Barbosa está em férias. Além dos compromissos na França, ele irá para a Inglaterra fazer mais palestras. As diárias do ministro estão sendo pagas pelo STF. O magistrado retomará o comando da Corte em fevereiro.

CONTINUA



25 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## 'Cada caso é um caso', diz magistrado sobre prisão de condenados

Ministro refuta críticas de colegas da Corte de que estaria mandando prender 'a conta-gotas' sentenciados no mensalão. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, refutou ontem em Paris as críticas feitas por membros da Corte de que estaria mandando prender os condenados pelo mensalão "a conta-gotas". Segundo ele, prisões em grupo já foram realizadas e cada caso deve ser examinado à parte.

As declarações são mais um episódio da troca de farpas entre integrantes do tribunal pela demora na expedição do mandado de prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no processo.

Na quinta-feira, o **Estado** revelou que ministros do STF demonstram insatisfação com a gestão das prisões dos condenados no mensalão por Barbosa, que expediria mandados "a conta-gotas". Ontem, no intervalo de uma conferência no Conselho Constitucional da França, para o qual foi convidado de honra, o presidente da Corte refutou as acusações. "Houve prisões a conta-gotas?", questionou, respondendo a seguir: "Foram feitas 12 prisões de uma vez só". Indagado sobre a prisão de João Paulo Cunha, que ainda depende da assinatura de um mandado, Barbosa argumentou: "Cada caso é um caso. Nós estamos examinando a vida de pessoas. E eu não cuido só disso".

Os 12 presos aos quais o presidente do STF se referia são o grupo que teve mandado de prisão expedido em novembro, no qual estavam José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Marcos Valério e Henrique Pizzolato – este foragido da Justiça. As prisões simultâneas geraram críticas em

setores do Judiciário, que acusaram Barbosa de ter cometido vícios de procedimento – como o cumprimento de pena fora do regime para os quais foram condenados. Agora a polêmica retornou com o caso do mandado de prisão de João Paulo.

Na quarta-feira, o presidente do STF criticou de forma indireta os ministros Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que o substituem como interinos; por não terem assinado o mandado de prisão do deputado no exercício da presidência da instituição. "Se eu estivesse como substituto jamais hesitaria em tomar essa decisão", disse, em seu primeiro dia em Paris, onde tem agenda oficial em meio ao período de férias.

A declaração gerou insatisfação entre ministros do STF em Brasília, que retrucaram com a crítica de que Barbosa agora manda prender "a conta-gotas", segundo o **Estado** apurou. Sobre essa repercussão, Barbosa disse não ter tomado conhecimento da reação dos colegas. "Não estou preocupado com nada disso. O que eu tinha de falar, já falei", desconversou. "Aqui estou cumprindo a minha agenda."

A respeito do fato de o ex-presidente do PTB Roberto Jefferson, delator do mensalão e também condenado no julgamento, ainda não ter sido preso, enquanto líderes do PT já foram, Barbosa fez sinal de insatisfação. "Não vou falar disso. É bobagem", afirmou.

A entrevista foi concedida pelo magistrado ao fim de sua participação no seminário, no qual palestrou sobre a influência da publicidade das deliberações sobre a racionalidade das decisões da Corte Suprema, uma referência às transmissões pela TV das sessões do STF.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**Candidatura.** Durante sua estada na capital francesa, Barbosa tem sido questionado por autoridades como a ministra da Justiça, Christiane Taubira, sobre se vai ou não se candidatar à Presidência em 2014. “Ela tem informação sobre pesquisas que saíram no Brasil indicando que eu tenho tal percentual. Ela esteve no Brasil recentemente e agora me perguntou. Outros também perguntaram”, confirmou. Questionado sobre qual foi sua resposta, respondeu: “Eu não sou candidato, não estou preocupado com isso. Aliás, estou me divertindo com isso”.



**Alvo.** Ministra Cármen Lúcia foi criticada por Barbosa

# 25 JAN 2014

## Crítica de advogado é prova de um 'déficit civilizatório'

● O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, reagiu com indignação às críticas feitas pelo advogado Alberto Toron, que atua como defensor do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), à sua viagem à Europa. “Um advogado vir a público fazer grosserias preconceituosas contra um membro do Judiciário que julgou seu cliente é prova de um déficit civilizatório”, respondeu Barbosa.

Comentando sobre a viagem do presidente do STF a Paris e a Londres, Toron havia afirmado ao jornal *O Globo*: “É o fim da picada. Eu acho que não tem que dizer muito mais do que isso. E ele confortavelmente dando seu rolezinho em Paris”.

As farpas fazem parte da polêmica envolvendo não só a falta de expedição do mandado de prisão de João Paulo, que não foi determinada por Barbosa antes de ter entrado em férias, em 7 de janeiro, mas também a viagem à Europa em si, pela qual o presidente do STF receberá da Corte R\$ 14 mil em diárias para a participação em duas palestras, uma na capital francesa e outra na capital britânica, conforme revelou o *Estado* na semana passada. Sobre os dias de férias em que não terá agenda oficial, o magistrado garante que um acerto de contas será feito ao término da viagem, como seria prática no tribunal.

25 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Juiz suspende análise de benefício a Dirceu

Ex-ministro condenado não poderá trabalhar fora da prisão enquanto investigação sobre uso indevido de celular na Papuda não for concluída

*Mariângela Gallucci* / BRASÍLIA

A Justiça do Distrito Federal suspendeu por 30 dias a análise do pedido do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu para trabalhar fora da penitenciária da Papuda. Condenado a 10 anos e 10 meses por participação no esquema do mensalão e preso desde novembro no Distrito Federal, Dirceu planeja trabalhar em um escritório de advocacia.

O juiz Mario José de Assis Pegado determinou apuração em 30 dias, em inquérito disciplinar, das suspeitas de que, mesmo preso, Dirceu teria usado celular dentro do presídio.

De acordo com o magistrado, se for verídico, o fato pode configurar falta disciplinar grave, o que poderá impossibilitar a concessão de benefícios como o trabalho externo. O inquérito investigará se alguém facilitou o suposto acesso de Dirceu ao celular, o que é crime.

Pegado reiterou despacho do dia 17 do colega Ângelo Pinheiro Fernandes de Oliveira para melhor apuração. “Vislumbro que da apuração sumária realizada pela Sesipe (Subsecretaria do Sistema Penitenciário) não restaram atendidas as determinações desta Vara de Execuções Penais, possivelmente em razão de ter a mesma antecedido o recebimento do ofício desta VEP comunicando a decisão prolatada em 17/1/2014”, afirmou Pegado.

Deverão ser ouvidos Dirceu, o responsável pelo plantão no dia 6 – quando teria ocorrido o telefonema – e os servidores que eventualmente fiscaliza-

ram esse contato. “Considerando a informação sobre o suposto envolvimento do sentenciado em falta disciplinar de natureza grave, e a fim de manter o tratamento isonômico dado aos internos, suspendo cautelarmente a análise de eventuais benefícios externos do sentenciado, até conclusão do apuratório disciplinar”, ordenou o juiz.

As suspeitas de que Dirceu teria usado celular circularam em meados deste mês. Fazem referência a James Correia, secretário da Indústria da Bahia, que teria falado com Dirceu.

**Polêmica.** Em novembro, Dirceu quis trabalhar como gerente do Saint Peter Hotel, em Brasília, com salário de R\$ 20 mil. Desistiu depois de notícias sobre um laranja na constituição societária do hotel.

Em dezembro, Dirceu fez novo pedido, para atuar na biblioteca do escritório do advogado José Gerardo Grossi, com salário de R\$ 2,1 mil. “A decisão de suspender o pedido de trabalho de José Dirceu com base numa nota de jornal é totalmente descabida”, reagiu o criminalista José Luís Oliveira Lima, defensor do ex-ministro.

“O juízo da Vara de Execuções Penais não tem competência legal para determinar sindicância contra o meu cliente, mas sim o diretor do presídio que determinou a investigação e concluiu pela improcedência dos fatos.” Oliveira Lima informou que vai recorrer ao STF “contra essa decisão desprovida de fundamento jurídico”.

25 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça do Maranhão penhora bens da TIM no valor de R\$ 25 mi

O objetivo é garantir o pagamento de indenizações por dano moral coletivo, diz Ministério Público; empresa vai recorrer

A Justiça do Maranhão penhorou bens da TIM no valor de R\$ 25 milhões, segundo o Ministério Público do Estado. O objetivo é garantir o pagamento de indenizações, a título de dano moral coletivo, aos consumidores da operadora supostamente prejudicados por quedas de sinal e interrupção de ligações.

De acordo com o MP, a empresa também foi proibida de habilitar novas linhas. Em caso de descumprimento da decisão, de autoria do juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, a empresa será obrigada a pagar multa diária de R\$ 100 mil, a ser revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

“As medidas devem perdurar até o cumprimento, pela operadora, dos requisitos exigidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no Plano Nacional de Ação de Melhoria do Serviço Móvel Pessoal e das Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal”, afirma o Ministério Público em nota.

A decisão foi dada atendendo ao pedido da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, em ação civil pública contra a TIM ajuizada em 13 de dezembro.

O pedido do MP do Maranhão (MPMA) é resultado de inquérito civil instaurado para apurar denúncias dos consumidores sobre suposta má qualidade do serviço da TIM. Apesar do plano de reparação e ampliação de rede no valor de R\$ 125 milhões, apresentado pela operadora durante as audiências extrajudiciais feitas pelo MPMA, os relatórios e os laudos de fiscalização da Anatel reforçaram a má qualidade denunciada pelos consumidores à Promotoria, diz o Ministério Público.

**Resposta.** Em nota, a TIM informou que está ciente da determinação e irá recorrer da decisão, que não representa a realidade, na sua avaliação. “Os ciclos avaliativos do Plano de Melhoria da Anatel evidenciam uma boa performance da companhia no Estado, com evolução contínua dos indicadores de qualidade”, argumenta. “A operadora é ainda a segunda menos demandada nos Procons do Estado, mesmo sendo vice-líder de mercado”, acrescentou.

Em relação ao número de horas de interrupção de serviço mencionado, a TIM justificou que o dado apresentado no processo foi baseado em metodologia considerada por ela inadequada. /FÁTIMA LARANJEIRA E CIRCE BONATELLI

26 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Empresária diz ter pago propina para ex-ministro

A empresária Ana Cristina Aquino, dona de transportadoras em Minas Gerais, acusa o ex-ministro do Trabalho e presidente do PDT, Carlos Lupi, de receber propina para liberar o registro de um sindicato durante sua gestão. Em entrevista à revista *IstoÉ*, ela disse ter levado R\$ 200 mil a Lupi para acelerar a criação do Sindicato dos Cegonheiros de Pernambuco, e que o atual titular do Trabalho, Manoel Dias (PDT-SC), também participa do esquema.

A empresária contou ter protocolado pedido de carta sindical no ministério em outubro de 2011. Depois, teria ido ao gabinete de Lupi levar a primeira parcela da propina de R\$ 3 milhões. “Levei R\$ 200 mil para ele (*Lupi*). Carregando uma bolsa, fui direto para o gabinete. Segurando uma mochilinha da Louis Vuitton”, disse ela. O encontro teria ocorrido em 2011, pouco antes de Lupi pedir demissão do governo por suspeitas de irregularidades.

Ana Cristina contou que foi ao ministério com o advogado João Graça, assessor de Dias e homem de confiança de Lupi. Com o afastamento de Lupi, o processo teria parado no ministério. Mas após a nomeação de Dias, em 2013, os trâmites começaram até a imprensa revelar que o caso estava sendo investigado. “Esse aí (*Dias*) ia liberar. Só não liberou por causa da reportagem”.

Dias reagiu à denúncia: “Não tenho nenhum constrangimento. Não houve de minha parte nenhuma irregularidade”. Lupi e Graça não foram localizados pelo **Estado**. À revista, disseram que só vão se pronunciar após terem acesso a provas.

Ex-filiado ao PDT e ex-aliado de Lupi e Dias, o deputado Paulinho da Força (SDD-SP) disse que orientou o líder do Solidariedade na Câmara, Fernando Francischini, a entrar com representação para convocar Dias a dar explicações. “É grave a pessoa dizer que pagou direto para o ministro (*Lupi*). É preciso apurar.”

Ana Cristina disse ainda ter pago R\$ 500 mil ao secretário de Logística do Paraná, Pepe Richa, irmão do governador Beto Richa (PSDB), para obter contrato na área de transportes. Pepe disse à revista que as acusações são “infundadas”.

27 JAN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Segmentos da Justiça terão metas específicas a cumprir em 2014

Além das metas nacionais a serem perseguidas pelos tribunais ao longo deste ano, a Justiça estadual, eleitoral, militar e trabalhista terão, cada uma, metas específicas a serem cumpridas até o fim do ano. Para a Justiça estadual, trabalhista e eleitoral foram definidas metas voltadas para a área de gestão e capacitação. Já a meta da Justiça Militar está relacionada ao aumento da produtividade.

Até o final do ano, os Tribunais de Justiça dos estados precisarão mapear pelo menos 60% das competências dos tribunais para subsidiar a implantação da gestão por competências. O mapeamento de competências é a identificação dos saberes, conhecimentos ou habilidades necessárias ao cumprimento de uma estratégia.

Feito o mapeamento, são identificadas as competências que a organização possui e aquelas que lhe faltam e que devem ser preenchidas por meio de um plano para desenvolver estas habilidades.

Para a Justiça do trabalho a primeira meta é a realização de oficinas de administração judiciária, com a participação de pelo menos 25% dos magistrados. A segunda é implantar um programa de desenvolvimento gerencial em todos os tribunais, com base no modelo de gestão por competências.

27 JAN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Suspensa decisão do TJ-SC que impedia reajuste de IPTU em Florianópolis

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, suspendeu liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) que impedia o lançamento e cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) na cidade de Florianópolis, com valores atualizados. A liminar concedida pelo TJ-SC suspendia a eficácia de dispositivos da Lei Complementar Municipal 480, de 20 de dezembro de 2013, que atualizava o valor dos imóveis localizados no município para cálculo do IPTU e do Imposto sobre Transmissão de Bens Móveis (ITBI).

A decisão do TJ-SC foi tomada em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Sinduscon). O município questionou a decisão no STF por meio da Suspensão de Liminar (SL) 753, alegando que a permanência da liminar da Justiça local causaria grave lesão à economia e à ordem pública, com prejuízo direto de R\$ 90 milhões à administração municipal, bem como impediria a efetivação do IPTU Social.

Esse programa garante tributação reduzida para pequenos contribuintes e isenções em casos de doenças graves.

O município alegou urgência no pedido, uma vez que o prazo para o lançamento tributário deste ano expira no próximo dia 31 de janeiro. Ressaltou, ainda, que inexistia o alegado aumento exagerado do imposto, uma vez que a Planta Genérica de Valores (PGV) de Florianópolis data de 1997, o que significa uma defasagem de 16 anos no valor dos imóveis, o que leva a distorções nas receitas municipais. Segundo o pedido, determinados imóveis valorizaram-se em até 2.000% na última década.

27 JAN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TRE-PR inaugura os fóruns eleitorais de Altônia, Catanduvas e Guaraniáçu

O Des. Rogério Coelho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná inaugurou três novos fóruns eleitorais esta semana. Dia 22 foi inaugurado o Fórum Eleitoral de Altônia, localizado na Rua Manoel Ribas, 1265. No dia 23 foram inaugurados mais dois, o Fórum Eleitoral de Catanduvas, que fica na Rua 25 de Julho, s/n, e o Fórum Eleitoral de Guaraniáçu, situado na Avenida Manoel Ribas, s/n. Os novos fóruns possuem a mesma

metragem, 250 m<sup>2</sup>, e custaram, respectivamente, R\$ 362.815,81, R\$ 363.257,15 e R\$ 385.787,11. Com isso, o TRE do Paraná atingiu a marca de 133 fóruns eleitorais inaugurados, parte de um projeto pioneiro em todo o Brasil que vem sendo implantando no Paraná: a construção de Fóruns Eleitorais no Interior do Estado.

Os Fóruns Eleitorais proporcionam um atendimento mais ágil e eficaz ao eleitor, que aguarda a

emissão do seu título com conforto e por poucos minutos. Mais de 90% do eleitorado paranaense é atendido em uma Central de Atendimento ao Eleitor, semelhante à de Curitiba, que conta com o Certificado ISO 9001/2008.

Os terrenos dos Fóruns Eleitorais foram doados pelas prefeituras e as obras, realizadas com recursos do orçamento da União, são concluídas em tempo médio de cinco meses.

## TRF4 nega pedido de inscrição a estudante de Administração

A 4<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup> Região (TRF4) negou, por unanimidade, na última terça-feira (21/1), recurso de uma aluna do curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS) que pretendia concorrer a uma bolsa do programa "Ciência sem Fronteiras", do Ministério da Educação (MEC).

A estudante teve a sua inscrição negada na etapa de concessão de bolsas do programa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) porque o seu curso não estaria incluído entre as áreas de ensino contempladas pelo programa.

A aluna, ingressou com uma ação na Justiça Federal gaúcha, pedindo que fosse reincluída no processo de seleção. Ela alegou que a temática por ela escolhida

guarda afinidade com o curso de ADM. Também argumentou falta de isonomia por parte da Capes.

Após ter o seu pedido negado pela 3<sup>a</sup> Vara Federal de Caxias do Sul (RS), a autora da ação recorreu ao TRF4, que manteve a decisão da primeira instância.

De acordo com o relator do processo na corte, desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, as provas documentais apresentadas não são, em caráter liminar, suficientes para justificar a concessão da medida.



# IMPACTO PARANÁ

**BIBINHO:  
O RÉU**

**25 JAN 2014**

## **CONVENIENTE! BIBINHO CONTINUA SENDO UM BODE EXPIATÓRIO CONVENIENTE**

“Meu cliente Abib Miguel, é inocente”.

A afirmação categórica e contundente é do advogado Eurolino Reis, que representa o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho.

Essa manifestação foi a resposta para uma condenação de 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão em regime fechado, pelos crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, decretada pela juíza Ângela Ramina Delucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, anunciada publicamente dia 13 de Janeiro de 2014.

O show montado via Gazeta do Povo e RPC, em 2010, sob o título “diários secretos”, da Assembleia Legislativa, motivou esta condenação em processo instaurado para investigar um dos braços do esquema denunciado pela contratação de funcionários fantasmas, havendo ainda dois outros processos parecidos que ainda serão julgados.

A estimativa de R\$ 200 milhões de reais, segundo o Ministério Público, de desvios dos cofres públicos promovidos com estes esquemas, coloca Bibinho a nível nacional com Zé Dirceu, chefe da quadrilha do Mensalão e Nicolau Santos Neto, o Juiz Lalau, condenados com grande repercussão nacional como se pretendeu no caso paranaense.

Das dez ações que tramitam na 9ª vara Criminal de Curitiba, sete já tiveram sentença e outras duas ainda estão pendentes, além de sete outras ações por improbidade administrativa que

citam ex-diretores da Assembleia Legislativa como Nelson Justus, Alexandre Khoury, Nereu Moura, Hermas Brandão e Geraldo Cartário, mas deixando no esquecimento parlamentares que foram integrantes das mesas executivas nestes mesmos períodos em que supostamente Abib Miguel e José Nassif, já condenados, teriam praticado os citados crimes.

O caso mais emblemático de tais situações em andamento envolve o deputado Valdir Rossoni, integrante das mesas executivas em todos estes períodos e que inexplicavelmente em momento algum foi citado como responsável como os demais parlamentares, pelas autorizações assinadas e que deram ensejo a tais acusações, já que a responsabilidade direta é do deputado e não de um diretor como foi o caso das condenações já promovidas.

Delação premiada, inclusive, promovida pelo deputado Valdir Rossoni, teria sido a motivação para livrá-lo do escracho como os demais que estão sendo acusados e que ainda respondem na Justiça pelas ações de improbidade administrativa.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

Ao “entregar” supostos esquemas dos quais teria participado, Valdir Rossoni buscou no “bode expiatório” Abib Miguel, o Bibinho, com quem sempre desavenças pessoais, e os deputados Nelson Justus e Alexandre Khoury, adversários diretores nas mesas executivas das quais participou, livrou-se de uma situação vexatória como ocorreu com os demais e transformou-se no paladino da moral da Assembleia Legislativa, situação que no decorrer dos tempos ainda vai colocar toda a verdade bem às claras.

Eurolino Reis, advogado de Abib Miguel, o Bibinho, de forma contundente, ao mesmo tempo em que preparava o recurso quanto à condenação de quase 19 anos do seu cliente, deixou sem papas na língua duas manifestações que deixaram claro ter toda esta situação muita linguiça embaixo da farofa e que ao longo do tempo chegarão, certamente, a conhecimento público.

Enquanto Abib Miguel, o Bibinho, já se sentia inicialmente satisfeito porque foi inocentado do crime de falsidade ideológica, seu advogado Eurolino Reis deu sua posição a respeito dizendo que “Desde o início do processo, ficou claro que ela (a juíza Dra. Ângela Ramina) ia condená-lo. A conduta da magistrada sempre foi parcial para o MP: houve cerceamento de defesa”.

E foi ainda mais contundente ao criticar a atuação do GAECO-Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, braço do MP que investigou seu cliente, Abib Miguel, Bibinho, apresentando tal denúncia à Justiça, dizendo que “O Gaeco é um braço armado à margem do MP, um grupo nazifascista, que não conhece a ampla defesa e o contraditório”.

Abib Miguel, Bibinho, segundo a sentença, foi condenado por ter praticado o crime de peculato 894 vezes, capacidade que identifica a incompetência de todos os 54 deputados de cada legislatura das quais participou e nunca coibiram o que a Justiça considerou agora como crimes pelos quais o ex-diretor geral foi condenado, sem assinar qualquer documento de recebimento de dinheiro ou ter prova e testemunha que o apontassem diretamente como responsável por todos os crimes dos quais é acusado.

Respondendo em liberdade a presente condenação, Abib Miguel, o Bibinho, vai agora, através recurso tentar reverter uma situação cujos próximos passos ainda levarão a matéria até Brasília onde está a última instância para recorrer quanto às condenações de tal porte.

Nada menos que 1.117 multas foram impostas pela Justiça à Abib Miguel, o Bibinho, além da pena de prisão, sendo que o valor total de tais multa ainda não foi calculado.

Tratando-se de ano eleitoral e até que todos os recursos tenham transitado em julgado, os deputados acusados e que venham a ser condenados continuarão livres, leves e soltos, mantendo campanhas para reeleição e desfrutando de uma situação que por enquanto só tem três condenados: Abib Miguel, José Ary Nassif e Cláudio Marques da Silva.

# IMPACTO PARANÁ

## 25 JAN 2014

## CONTINUA

# IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

25 JAN 2014

## QUE TAL SE ABIB MIGUEL, BIBINHO, FIZESSE UMA DELAÇÃO PREMIADA COMO ROSSONI?

A exemplo do que ocorreu no chamado "Caso Gafanhotos", que até hoje continua caminhando, e envolve muitos deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, a delação premiada seria a possibilidade de se chegar realmente aos verdadeiros culpados por todas as situações de irregularidades que envolvem problemas registrados no Poder Legislativo paranaense.

Enquanto as autoridades condenam, por enquanto, apenas a raia miúda que serve de "bode expiatório" de uma situação da qual estão livres 54 deputados, e respectivos suplentes, principais as mesas executivas deste tempo dos escândalos denunciados, a situação se arrasta de modo conveniente.

Privilegiados por um foro especial que atrasa ainda mais determinadas investigações, os parlamentares que teriam todos, sido enganados por uma única cabeça capaz de armar todas as supostas irregularidades denunciadas, os deputados continuam desfrutando de privilegiada situação.

Não são poucas as pessoas que cercam Abib Miguel e os demais condenados, sugerindo a exemplo do que ocorreu com Valdir Rossoni, que teria sido um "X-9" denunciando esquemas, situações e companheiros com os quais participou de tudo que até aqui se denunciou, os mesmos abram o bico e entreguem toda a verdade.

Escrachados para a sociedade, condenados e até presos por determinados tempos, Abib Miguel, José Nassif e Claudio Marques da Silva, poderiam agora entregar de bandeja para a Justiça os parlamentares que durante estes anos todos os apadrinharam na prática dos supostos crimes pelos quais estão pagando em particular.

Uma situação em que a delação premiada, a esta altura, com condenações de tantos anos e pesado ônus financeiro que as mesmas representam, passa a ser admitida por uns e outros como caminho a ser devidamente considerado pelos três únicos condenados que considerados responsáveis por tais supostos crimes.

Leve-se em consideração, inclusive, o fato de que em nenhum momento Abib Miguel, José Nassif e Claudio Marques da Silva, se utilizaram do mesmo expediente que segundo deixou transparecer o deputado Valdir Rossoni, colocou-o em um verdadeiro pedestal da moralidade sem preocupar-se com os demais companheiros.

Já imaginaram Abi Miguel, ex-diretor da Assembleia Legislativa, testemunha principal de várias legislaturas, aceitando uma delação premiada para evitar o contínuo prejuízo que ele e seus dois outros companheiros vêm sofrendo para salvaguardar a imagem dos integrantes do Poder Legislativo?

# IMPACTO PARANÁ

## Cantinho Sigiloso

25 JAN 2014

Continua tramitando no CNJ a situação processual que envolve o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Camargo, buscando uma aposentadoria polêmica depois de ter sido desembarcado daquele cargo por conta de algumas denúncias e situações melindrosas. Processo da venda de sentença, ainda sem definição final, mais suspeitas quanto à situação incompatível de patrimônio com a função que exercia em termos remuneratórios, bem como a influência para eleger seu filho, ex-deputado Fabio Camargo, foram o rol de problemática em exame no Conselho Nacional de Justiça. Enquanto isso, seu filho desistiu de ação contra decisão do TJ que cassou sua eleição como conselheiro do TC, buscando através de outros recursos derrubar decisão consumada da desembargadora Regina Portes, confirmando ilegalidades no pleito que o elegeu para aquele cargo, conforme ação de Max Schrappe, que saiu vitorioso na derrubada desta eleição via Assembleia Legislativa. Nenhuma novidade, ainda, quanto à ação do ex-conselheiro Mauricio Requião que tenta derrubar do cargo o conselheiro Ivan Bonilha que vem ocupando sua vaga no TC.



Guilherme Cunha Pereira e Ana Amélia, filhos do saudoso Francisco da Cunha Pereira, passaram um final de ano aliviados das tensões que viveram, por algum tempo por conta dos litígios com o ex-deputado e ex-conselheiro do Tribunal de Contas, Fabio Camargo. Depois de ficarem por vários meses no olho do furacão, alvos de um adversário que apoiado no poder também do seu pai, no Judiciário, lhes deu incômodos pesados, os dois herdeiros do saudoso Chiquinho Cunha Pereira não gostam nem de lembrar das acusações de que foram alvos em várias oportunidades.

**DO VÉIO** - CNJ promete voltar às manchetes tão logo sejam divulgados os resultados de sua atuação no Paraná durante o ano de 2013. Vários procedimentos por parte do órgão motivaram repercussão, inclusive a queda do presidente do TJ-PR, desembargador Clayton Camargo, mas publicamente não foram contados detalhes que levaram o Conselho Nacional de Justiça a tomar tão drástica decisão. Os reflexos do que ocorreu no Paraná na área judicial no ano passado ainda permanecem motivando especulações em outros Estados e em Brasília, principalmente.

**DA VÉIA** - Enquanto isso, o ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Fabio Camargo, repete continuamente que não jogou a toalha e tem esperança de recuperar o cargo do qual desembarcou ao final de 2013 depois de curto espaço de tempo na função. A Assembleia Legislativa do Paraná, até agora, não se manifestou sobre a anulação daquela eleição e um novo pleito, atendendo recurso que foi vitorioso nesse sentido junto a Justiça paranaense. Da mesma forma, permanece como motivo de expectativa recurso do ex-conselheiro Mauricio Requião em relação à vaga que considera como sua e hoje está ocupada pelo conselheiro Ivan Bonilha. São assuntos que certamente depois de Fevereiro voltarão a agitar o Centro Cívico.

Segundo Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR, "Mês a mês o governo tem atrasado o repasse dos 2% da receita do Estado destinados ao pagamento dos precatórios. Se continuar dessa forma, a OAB irá ao CNJ exigindo que o Estado cumpra com suas obrigações".

Por meio de nota à imprensa, o governo Beto Richa afirmou que "não se apropriou de outros depósitos judiciais que não sejam de natureza exclusivamente tributária, nos termos autorizados pelo TJ e pela Caixa".

A bronca desta semana explodiu quando advogados que representam clientes com direito a receber depósitos judiciais de natureza não tributária alegaram que foram informados pela Caixa que o governo do Estado sacou os recursos no fim do ano passado. A medida é ilegal e está proibida pelo CNJ-Conselho Nacional de Justiça.

Se tal acusação já não bastasse, o Executivo paranaense teria deixado de repassar ao Tribunal de Justiça a parcela de 2% das receitas referentes a dezembro para o pagamento de precatórios, mesmo já tendo em mãos legalmente, os depósitos judiciais tributários, que por lei se destinam a essa finalidade.

25 JAN 2014

# IMPACTO PARANÁ

## Justiça

Osmann de Oliveira  
Advogado

### DISPONIBILIDADE SEM PRAZO É TORTURA

Quando o servidor público, seja de que categoria for, é atingido por ato, como a disponibilidade sem fim, é tortura. A pena vai além da sua pessoa e atinge a sua família. Com

respeito e sem temor deve denunciar.

A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22-11-1969, ao qual aderiu ao Brasil, em 25-05-1992, conforme o decreto nº 678, artigo 74, condena essa violação.

O funcionário atingido deve reclamar. Colocado em disponibilidade, tem redução de vencimentos. Com isto sofre e sofre por igual a sua família, pois, na sua condição de Magistrado, por exemplo, precisa manter-se com dignidade no cargo, ainda que dele afastado.

O decreto 678, que promulgou o Depósito da Carta de Adesão do Brasil ao Pacto de São José da Costa Rica, estabelece:

Artigo 11- ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, NA DE SUA FAMÍLIA, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais a sua honra ou reputação.

O fato, portanto, é de clareza solar: O Estado, mesmo quando atue através dos seus mais eminentes **agentes**, não pode desviar-se do seu Poder de transparência **para impor sanções presentes sob o pretexto de que estas não eram previstas** à época do ocorrido.



O pacto de São José da Costa Rica é de 1969 e inspirou a Constituição Brasileira de 1988, ao adotar este o princípio da irretroatividade da pena exceto quando beneficie o acusado.

Segundo o decreto nº 678, de novembro de 1992;

Artigo 9- "ninguém pode ser condenado por **ações ou omissões**, que no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas com o direito aplicável".

Não deve, portanto, o juiz singular ou o tribunal impor pena mais grave do que a aplicável no momento da perpetração do delito.

Se depois do cometimento do ilícito a lei dispuser sobre a imposição de "PENA MAIS LEVE, O DELINQUENTE SERÁ POR ISSO BENEFICIADO" (art. 9 do decreto 678/92). Se tal não acontecer passa o servidor a ser vítima de pena cruel de tortura. A tortura não é só aquela física, desumana e degradante, mas, também, o é a que impõe sofrimentos mentais ou psicológicos, segundo o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. É que não basta a sagrada liberdade de ir e vir se não tem o cidadão assegurada a tranquilidade de não ser atormentado pelas dificuldades e não poder dizer que em seu favor se fez **JUSTIÇA!**

25 JAN 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça derruba proibição  
de bebida em estádio

CERVEJA NOS ESTÁDIOS

## Atleticano consegue liberação de bebida

A Justiça deu ação procedente ao advogado Henrique Cardoso, que solicitou a liberação de comércio e de consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol no Brasil. Ainda são aguardadas as informações em relação aos conteúdos da decisão, que podem ter algumas restrições.

‘É um processo eletrônico, eu ainda não tive acesso a ação. Apenas tenho a informação que ela foi procedente. Agora temos que aguardar para ver como vai ser os fundamentos e condições da sentença’, esclareceu Cardoso.

O advogado ingressou na Justiça contra a CBF, alegando inconstitucionalidade na decisão do veto ao comércio e consumo de bebidas alcoólicas. ‘Não é qualquer instituição que pode legislar sobre o que é crime’, apontou. ‘Além do que, é uma idiotice completa essa proibição. Foi ruim para todos, desde o torcedor e o comerciante até mesmo para os clubes. E não resolveu o problema de violência, conforme o proposto’, complementou.

Para que a ação, que foi iniciada em 25 de novembro de 2011, fosse dada como procedente, Henrique Cardoso se apegou a diversos pontos. Um deles é o Estatuto do Torcedor, que diz que são proibidas utilizações de substâncias proibidas, o que não é o caso. ‘Uma cervejinha se compra em qualquer esquina’, afirmou.

Outra questão foi a liberação do comércio e consumo de bebidas na Copa do Mundo. ‘Criou-se dois tipos de torcedores: os que compram ingressos da Fifa, que bebem o quanto quiserem, e os da CBF, que não podem ingerir nada’, disse o advogado.

## POLUIÇÃO

A Federação dos Pescadores do Paraná ajuizou, na Vara Cível de Paranaguá, ação contra cinco empresas e o município de Paranaguá, em virtude do acidente ocorrido no último dia 15 de janeiro. Uma explosão no porto causou vazamento de produtos químicos. Segundo a entidade, mais de 200 famílias que vivem à beira de mangues tiveram que interromper a pesca e extração de caranguejo devido à poluição. A ação pede indenização de um salário mínimo pra cada integrante das famílias afetadas.

27 JAN 2014

METRO

# Richa Filho diz que denúncia é 'absurda' e pede investigação

**Esquema.** Proprietária da empresa mineira AG Log Transportes afirma que Paraná usaria isenções fiscais para pressionar Renault a contratar serviços de transporte da sua empresa

Acusado de receber propina para intermediar negociação com a montadora Renault, o secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, afirmou em nota, no sábado, que todas as denúncias são "inverdades absurdas" e pediu investigação policial.

"Todas as alusões ao meu nome na matéria da revista IstoÉ não têm fundamento (...) Peço investigação policial para apurar as responsabilidades sobre a denúncia e sobre os interesses que possam orientá-la. Também sobre a possibilidade de uso indevido de meu nome em negociações escusas. Temo que interesses políticos eleitoreiros estejam envolvidos", afirmou também em nota.

À Revista IstoÉ, a proprietária da empresa mineira AG Log Transportes, Ana Cristina Aquino, diz ter pago R\$ 500 mil a Richa Filho, por intermédio de uma lo-



Secretário é acusado de ter recebido R\$ 500 mil de propina

bista, e também negociado com Amauri Escudero, secretário do Escritório de Representação do Estado em Brasília, com intermediação do assessor do Ministério do Trabalho, João Alberto Graça, a abertura de uma filial da AG Log em Curitiba e o fechamento de contrato com a montadora Renault,

o que renderia milhões à empresa mineira.

De acordo com Ana Cristina, a pressão contra a Renault seria feita utilizando as isenções fiscais concedidas pelo Governo do Paraná à montadora. Em troca, Graça ficaria com 20% da AG Log, sendo que 10% seriam repassados a Escudero.

"Peço investigação policial para apurar as responsabilidades sobre a denúncia e sobre os interesses que possam orientá-la."

JOSÉ RICHA FILHO, EM NOTA

"A própria ideia de que eu poderia ter ingerência nos negócios da Renault é de uma impropriedade que expõe ao ridículo quem a formula", afirma Richa Filho em nota. O secretário diz ainda que ingressou "com processos judiciais contra quem apresentou a denúncia e contra quem a publica".

Procurada pelo Metro Jornal, a assessoria de imprensa da Renault não atendeu às ligações. Escudero também não foi localizado.



CAMILA CASTRO

METRO CURITIBA

# BEMPARANÁ

## PAINEL

27 JAN 2014

### Devolução

O Servidor público que recebe, de boa fé, recursos indevidos em razão de erro de interpretação de lei, não está obrigado a devolver a quantia recebida. O entendimento é do STF.

### Previdência

O crime de apropriação indébita previdenciária se consuma com o simples não recolhimento das contribuições descontadas dos empregados, sem a necessidade da comprovação da existência de dolo. O entendimento é da 5ª Turma do STJ.

### Abono

Acompanhar uma pessoa ao médico é motivo para justificar a ausência em uma audiência judicial. O entendimento é da 5ª Câmara do TRT de Santa Catarina.

### Honoris

O Professor Paulo de Barros Carvalho recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Potiguar (UnP), em Natal-RN. Paulo de Barros Carvalho é Professor Emérito e Titular de Direito Tributário da PUC-SP e da USP e membro titular da Cadeira nº 14 da Academia Brasileira de Filosofia. É presidente do IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e da Editora Noeses. É *Doutor Honoris Causa* da Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Autor de diversas obras de Direito Tributário.

### Ilegitimidade

O torcedor de futebol não tem legitimidade para propor ação junto à Justiça Comum para alterar decisão tomada pela Justiça Desportiva. O entendimento é da 3ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

### Desconto

Quem pagar à vista a anuidade de 2014 da OAB Paraná, no dia 10 de fevereiro, terá um desconto de 12%. Outra opção é pagar à vista, com desconto de 8%, no período de 11 de fevereiro até 10 de março.

### Direito Sumular =

Súmula nº 421 do TST-  
I - Tendo a decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso, prevista no art. 557 do CPC, conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser esclarecida pela via dos embargos de declaração, em decisão aclaratória, também monocrática, quando se pretende tão-somente suprir omissão e não, modificação do julgado.  
II - Postulando o embargante efeito modificativo, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual.



27 JAN 2014

## BEMPARANÁ

### Auxílio-reclusão

A Câmara Federal analisa a Proposta de Emenda à Constituição da deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), que acaba com o auxílio-reclusão e cria um benefício mensal no valor de um salário mínimo para amparar vítimas de crimes e suas famílias. Pelo texto, o novo benefício será pago à pessoa vítima de crime pelo período em que ela ficar afastada da atividade que garanta seu sustento. Em caso de morte, o benefício será convertido em pensão ao cônjuge ou companheiro e a dependentes da vítima, conforme regulamentação posterior.

### Justiça

Para a deputada, é mais justo amparar a família da vítima do que a família do criminoso. "Hoje não há previsão de amparo para vítimas do criminoso e suas famílias", afirma. Além disso, segundo ela, o fato do criminoso saber que sua família não ficará ao total desamparo se ele for recolhido à prisão, pode facilitar na decisão em cometer um crime. "Por outro lado, quando o crime implica sequelas à vítima, impedindo que ela desempenhe a atividade que garante seu sustento, ela enfrenta hoje um total desamparo", argumenta a deputada.